

**FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO**

**ELIETE SANCHES BRITO DE SOUZA**

**O QUE PENSAM OS JOVENS QUE VIVEM NA PERIFERIA DA SERRA  
INSERIDOS NUM PROJETO SOCIAL**

**VITÓRIA**

**2013**

ELIETE SANCHES BRITO DE SOUZA

O QUE PENSAM OS JOVENS QUE VIVEM NA PERIFERIA DA SERRA  
INSERIDOS NUM PROJETO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a  
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo,  
como requisito obrigatório para obtenção do título  
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Mr. Camila Lopes Taquetti

VITÓRIA

2013

ELIETE SANCHES BRITO DE SOUZA

**O QUE PENSAM OS JOVENS QUE VIVEM NA PERIFERIA DA SERRA  
INSERIDOS NUM PROJETO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 03 de dezembro de 2013, por:

Prof. Camila Lopes Taquetti, FCSES- Orientadora.

Mestre em Política Social

---

Prof. Silvia Moreira Trugilho- FCSES

Doutora em Educação

---

Adriana de Oliveira

Especialista em Administração e Planejamento em Projetos Sociais

---

## AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, professora Camila Lopes Taquetti, por compartilhar de seus conhecimentos, e me dar um novo fôlego a cada orientação, fazendo com que eu saísse de lá com a certeza que tudo daria certo.

Aos adolescentes do Projeto Cidadão, pela colaboração e carinho.

Agradeço aos meus filhos por compreender minha ausência.

A minha mãe e meus irmãos por acreditarem no meu potencial,

Ao Padre Xavier pelo apoio.

Aos meus colegas do projeto que me deram força durante essa jornada.

E em especial agradeço ao meu esposo pelo carinho e dedicação, que por anos sacrificou suas noites de sono trabalhando para que eu pudesse concluir esse sonho.

Obrigada meu Deus por mais essa vitória!

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso visa Conhecer a perspectiva dos adolescentes da periferia do município de Serra inseridos no Projeto Cidadão sobre a escola, a família, a comunidade e o Projeto. Este tema foi escolhido devido a uma atividade profissional já realizada pela pesquisadora com adolescentes e jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social do bairro Novo Horizonte no município de Serra.

Através desta pesquisa, podemos conhecer a realidade desses jovens, entender como lidam com os dilemas familiares e comunitários, como reagem a violência que é tão presente no dia a dia da comunidade e entender sua percepção quanto ao projeto a qual frequentam e a contribuição deste para seu desenvolvimento enquanto cidadão, e qual o papel da escola na sua formação.

Palavras- chave: adolescentes, vulnerabilidade, violência, comunidade, família.

## **ABSTRACT**

This work aims at completion of course know the perspective of adolescents from the outskirts of the city of Serra entered the Citizen Project on School, Family, and Community Project. This theme was chosen because of a professional activity ever undertaken by the researcher with young people living in socially vulnerable neighborhood Novo Horizonte in Serra.

Through this research, we know the reality of these young people understand how to deal with the dilemmas family and community, how they react to violence that is so present in everyday life of the community and understand their perception about the project which attend this contribution and for your development as a citizen, and the role of the school in its formation.

Keywords: teens, vulnerability, violence, community, family

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Foto da fachada do Projeto Cidadão.....	28
Figura 2- Adolescentes participam do curso de Brigadeiro <i>Gourmet</i> .....	28
Figura 3 -Adolescentes do Projeto Cidadão e Meninos e Meninas do Mestre visitam o museu da Chocolates Garoto.....	58
Figura 4 -Adolescentes participam de curso de Produção de Artesanato com jornal.....	58

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- satisfação e segurança em relação à comunidade.....	47
Quadro 2 Esporte e Turismo oferecidos no município da Serra.....	49
Quadro 3- Relação Familiar.....	51
Quadro 4- Situação escolar dos adolescentes.....	52
Quadro5- Projeto representa para você algo:.....	55

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Indicadores de Alfabetização e analfabetismo, Brasil, Espírito Santo e Serra, 2000, 2010.....	38
Tabela 2- Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os Municípios- 2010.....	39
Tabela 3- Número de homicídios no Espírito santo, RMGV e Serra- 1999- 2012.....	40
Tabela 4- Perfil dos adolescentes atendidos.....	45

## LISTA DE SIGLAS

SAM- Serviço de Assistência ao Menor

FEBEMs - Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem Estar do Menor

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

PRONAICA - Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e Adolescente

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIA - Fundo da Infância e Adolescência População em Idade Ativa (PIA)

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

PEA - População Economicamente Ativa

IHA - Índice de Homicídios de Adolescentes

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M- índice de Desenvolvimento Humano Municipal

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa

CNS - Conselho Nacional de Saúde

UNICEF-Fundo das Nações Unidas Para a Infância

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CIVIT- Centro Industrial Metropolitano de Vitória

Fórum DCA- Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Direitos da Criança e do Adolescente

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
2.1 A POLÍTICA VOLTADA AO PÚBLICO INFANTO-JUVENIL NO BRASIL.....	13
2.1.1 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES O PROJETO CIDADÃO.....	21
<b>2.2 A CONDIÇÃO JUVENIL NO BRASIL.....</b>	<b>29</b>
2.2.1 SITUAÇÃO E CONDIÇÃO DOS ADOLESCENTES NA SERRA.....	33
2.2.2 PERIL DO MUNICÍPIO DA SERRA.....	37
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>41</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>45</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICE C.....</b>	<b>72</b>
<b>APÊNDICE D.....</b>	<b>74</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo conhecer a perspectiva dos adolescentes da periferia do município de Serra inseridos no Projeto Cidadão pertencente à Rede de Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente (AICA) vinculado a Caritas Arquidiocesana de Vitória e a Pastoral do Menor, sobre a escola, a família, a comunidade e o Projeto. Este tema foi escolhido devido a uma atividade profissional já realizada pela autora deste trabalho com adolescentes e jovens que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social do bairro Novo Horizonte no município de Serra, transformando conhecimento empírico em conhecimento científico.

Através da pesquisa realizada foi possível conhecer a realidade desses jovens, entender como lidam com os dilemas familiares e comunitários, como reagem a violência que é tão presente no dia-a-dia da comunidade e entendemos também qual a sua percepção quanto ao projeto a qual frequentam e a contribuição deste para seu desenvolvimento enquanto cidadão, e qual o papel da escola na sua formação.

Acredita-se que esta pesquisa poderá também servir de orientação para o trabalho dos assistentes sociais e demais profissionais que atuam na área da assistência social, mais especificamente nos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, como o Projeto Cidadão, visto a necessidade de conhecer a realidade da população atendida, neste caso, os adolescentes, seu cotidiano e expectativas.

No primeiro capítulo discutimos a política voltada ao público infanto-juvenil no Brasil, o Sistema Único de Assistência Social e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, haja vista que o Projeto Cidadão é um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e deve seguir as orientações do SUAS e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que estabelece bases de padronização e reordenamento dos serviços prestados à crianças e adolescentes.

No segundo capítulo destacamos condição dos adolescentes no Brasil e no Município da Serra dando ênfase ao alto índice de violência e criminalidade

envolvendo jovens no Brasil e o município da Serra, trazendo as principais características do município e do bairro de Novo Horizonte.

No terceiro capítulo apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa e os instrumentos de coleta de dados. Utilizamos a pesquisa qualitativa, pois os dados da pesquisa qualitativa trazem uma compreensão profunda de fenômenos sociais apoiados em hipóteses da maior relevância quanto ao aspecto subjetivo da ação social (GOLDENBERG, 2002).

Sendo assim, considera-se que este método é o mais adequado, pois esta pesquisa buscou conhecer a perspectiva dos adolescentes do município de Serra inseridos no Projeto Cidadão sobre a escola, a família, a comunidade e o Projeto por eles próprios e através de suas falas podemos compreender essa realidade de forma mais profunda.

Para coletar os dados utilizamos dois instrumentos, um questionário com o universo parcial dos adolescentes participantes do Projeto Cidadão e o Grupo Focal, que devido a sua essência consiste justamente na interação entre os participantes e o pesquisador (IERVOLINO, PELICIONI, 2001).

E por fim os resultados e a discussão da pesquisa, onde podemos conhecer o perfil dos adolescentes atendidos no Projeto Cidadão e qual a sua perspectiva em relação a escola a família comunidade e o projeto.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A POLÍTICA VOLTADA AO PÚBLICO INFANTO-JUVENIL NO BRASIL

Nesse primeiro capítulo faremos um resgate histórico das políticas sociais voltadas ao público infanto-juvenil no Brasil, tendo como alvo as instituições públicas que prestam serviços de assistência social a este público a começar pelo Serviço de Assistência ao Menor (SAM).

Segundo Carvalho (2000), o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), criado em 1941, ligado ao Ministério da Justiça para prestar serviços de assistência aos menores carentes e infratores sob a perspectiva de correção e proteção, valorizando a assistência pedagógica aos menores considerados carentes e delinquentes. Segundo Pilotti (2009), esse órgão funcionava como um sistema penitenciário para a população infanto-juvenil, ou seja, menores abandonados e desvalidos utilizando como forma educacional a correção repressiva.

O Sam, no imaginário popular, alcançou uma fama tal que automaticamente nos remete à imagem de uma enorme estrutura cuja atenção representava mais uma ameaça à criança pobre do que propriamente proteção. “Escola do Crime”, “Fábrica de Criminosos”, “Sucursal do Inferno”, são representações que o órgão adquiriu com o tempo notadamente a partir da década de 1950 (RIZZINI, 2009, p. 267).

Rizzini (2009) afirma que somente após muitas críticas e propostas para a extinção do SAM, uma Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) foi instaurada para apurar irregularidades, porém não apresentou resultados que ameaçasse sua existência. A autora afirma que somente seis anos depois uma sindicância foi realizada para apurar novamente irregularidades cometidas pelo SAM. Então o SAM foi extinto e seu projeto foi reformulado dando origem assim à Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em dezembro de 1964.

Segundo Vogel (2009), a FUNABEM, criada após o golpe militar sobre o Estado em 1964, pretendia ser um serviço oposto ao Serviço de Assistência ao Menor, assim como o novo regime pretendia opor-se ao antigo. A FUNABEM seria uma entidade autônoma a qual competia formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo território nacional, mas também, planejar soluções para os

problemas referentes à marginalização do público infanto-juvenil. Uma vez que, orientava, coordenava e fiscalizava as entidades que executam a Política, tais como as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs).

A Fundação Nacional de Bem Estar do Menor, de acordo com Vogel (2009), estava diretamente subordinada à presidência da República e até mesmo presidente da instituição era indicado pessoalmente pelo Presidente da República. O presidente da FUNABEM coordenava a instituição juntamente com um Conselho que entre as diversas atribuições tinha como competência exclusiva definir a Política Nacional do Bem Estar ao Menor.

O mesmo autor explica ainda que a Fundação de Bem Estar ao Menor recebeu de seu antecessor (o SAM) um dote de inegável importância que caracteriza-se em uma doação de 200 bilhões de cruzeiros antigos que manteve a fundação autônoma financeiramente por uma década.

Além desse dote financeiro, advinha o legado de desconfiança da opinião pública que comparava e associava a FUNABEM com seu antecessor, como aponta Vogel (2009, p. 290), essa instituição “[...] padecia de um mal originário, pois sendo herdeiro dos bens do SAM, era em princípio, suspeita de ter herdado também seus métodos”.

Diante de tudo isso, restava à Fundação realizar a sua mais importante tarefa, que era, ao mesmo tempo, o seu maior desafio formular e implementar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor que como produto do antiSAM, devia ser também ela, a antítese das concepções, propostas e práticas de seu predecessor (VOGEL, 2009, p. 291).

Segundo discute Vogel (2009), a partir da segunda metade dos anos 60, a situação do menor no Brasil é transformada, o que historicamente era caso de polícia se torna caso de política. Nesse período, as mudanças sociais se alteravam em ritmo acelerado, ocasionando um avassalador processo de urbanização e êxodo rural, que, por sua vez, era responsável pela migração constante de um grande número de pessoas, seja individualmente ou com toda sua família povoando as periferias das cidades em busca de um melhor padrão de vida.

O surgimento das regiões metropolitanas aumenta ao mesmo passo que o aumento da pobreza, pois o mercado de trabalho é incapaz de absorver toda essa gama de pessoas, uma vez que, a mão-de-obra não era qualificada, e com isso progredia também o processo de marginalização que se relacionava com a condição

depobreza e a incapacidade de trazer para si e sua família os serviços de saúde, habitação, educação e lazer.

No âmbito da “questão social” configura-se assim, uma “questão do menor”. O processo de marginalização de crianças e adolescentes tinha que ser reconhecido como Frutos de um processo social perverso, [...] geradores de desarmonia. De marginalizados passavam a marginalizastes, em consequência dos efeitos deletérios de seus “caracteres comuns” sobre sua própria reprodução social, isto é, sobre crianças e adolescentes, nascidos e criados em seu meio (VOGEL,2009,p. 292).

Segundo Vogel (2009), o processo de marginalização de crianças e jovens crescia ao mesmo passo que a população global. De acordo com Censo de 1970 havia uma população de 93.292.100 habitantes e dentre estes 49.378.200 com idade entre 0 e 19 anos de idade. O autor relata ainda que um terço dessa população infanto-juvenil podia ser considerada em estado de marginalização e pobreza, isso causou preocupação, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto do ponto de vista político, visto que essa população infanto-juvenil marginalizada era fruto de muitos problemas sociais.

Segundo Vogel (2009), ao perceber que a parcela considerada de maior vulnerabilidade era de crianças e jovens, isso é fator que preocupa o Estado que passa a formular políticas de desenvolvimento com objetivo de fortalecer o Poder Nacional, e tal política devia dedicar-se ao público infanto-juvenil pobre, com atenção especial à família, pois o processo de marginalização surgia como um responsável pela desagregação da família, haja vista que a família era considerada a “célula base da sociedade” e vê-la deteriorar-se era algo preocupante.

Haja vista que se tratava de [...] “menores atingidos pelo processo de marginalização”, [...] era necessário seguir uma rotina de encaminhamentos, com três fases distintas e sucessivas: a) caracterização; b) estudo de caso; c) tratamento propriamente dito. Com relação a esta última, no entanto, ficou estabelecida uma “ordem de preferência”, segundo a qual se devia privilegiar sempre a manutenção ou reintegração na família (ou família substituta), e, não sendo possível, a integração à comunidade. Apenas em casos extremos, devia recorrer-se ao internamento, e, mesmo então, em instituições de escala reduzida, inspirando-se cada unidade, sua organização, na vida familiar (VOGEL, 2009,p.296).

Para Vogel (2009), a melhor maneira para prevenir as causas da marginalização seria cuidar das situações de abandono provocadas pela grande densidade demográfica, marcada pela presença de menores em situação de trabalho irregular, vivendo em condições desumanas, fazendo uso de drogas. Mas isso ia contra a proposta da Fundação, que era o internamento.

Porém, Vogel (2009) afirma que a internação era uma prática, em muitos aspectos, negativa, visto que enfraquecia os laços familiares, contribuindo dessa maneira, para afastá-la do ideal de “família bem constituída”. O adolescente internado passa a ser considerado o menor filho do Estado e o internamento como uma solução inadequada para um processo de massa, uma vez que não seria possível o Estado encarregar-se da internação de 1/3 da população infanto-juvenil do país.

A questão do menor havia se tornado um problema de prioridade nacional nos anos 1970, era necessário que adotasse uma ação entre Estado e sociedade civil para reduzir o processo de marginalização do menor no país.

Vogel (2009) explica que, ao contrário do que se esperava, os prejuízos causados pela marginalização aumentaram e com isso também a insegurança, fazendo com que a população cobrasse do Estado uma solução.

Em 1975 é instaurada então uma nova CPI para investigação do problema da infância e do menor carente no Brasil. Nesse sentido, ao fazer distinção dos termos criança e menor faz refletir o preconceito da marginalização.

Segundo o autor, o relatório da CPI era explícito, “as reiteradas denúncias sobre a violência institucional, que grassava impune nos internatos, evidenciam o fracasso do trabalho federal” (VOGEL, 2009, p.314), ou seja, a FUNABEM, responsável pela assistência ao menor no âmbito nacional, não possuía condições para solucionar o problema do menor no Brasil, que cada vez mais se agravava com o crescimento demográfico e o aumento da pobreza. Constatou-se então a falência do modelo da FUNABEM e com ela o atendimento corretivo, repressor e assistencialista (VOGEL, 2009).

Na década de 1980, os movimentos sociais em defesa dos direitos da criança e do adolescente começam a ganhar força. Com uma visão crítica das políticas sociais vê-se a necessidade de redirecionar as políticas de um modo geral, com requisitos da democratização. O primeiro passo para isso seria descentralizar a ação conjunta FUNABEM com o objetivo de favorecer a participação e representação corporativa dos interesses sociais vinculados aos problemas da infância e juventude, priorizando ações voltadas ao resgate da cidadania substituindo as práticas assistencialistas e repressoras (VOGEL, 2009).

Vogel (2009) explica ainda que por meio da Portaria Internacional n.449, criou-se a Comissão Nacional Criança e Constituinte e logo depois em Brasília ocorreu o IV Congresso: o Menor e a Realidade Nacional no qual a comissão assinou um termo de adesão ao Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF) em prol dos direitos da criança e do adolescente, consolidando uma articulação entre o poder público federal e a sociedade civil.

Carvalho (2000) relata que, para maior organização dos movimentos em prol dos direitos da criança e do adolescente, foi constituído em 1988 o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA). Este Fórum manteve em seu secretariado alguns dos principais representantes da rede nacional de defesa dos direitos da criança e do adolescente, como a Pastoral do Menor o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e alguns representantes das centrais sindicais de trabalhadores e também dos centros de defesa de direitos.

O Fórum DCA voltou-se prioritariamente a mudar o Código de Menores vigente na época, o qual tinha uma perspectiva de encarceramento de crianças e adolescentes pobres em risco social e diferenciava a atenção a este público, ou seja, eram “menores” os filhos de pobres e eram crianças e ou adolescentes os filhos da elite. O Fórum DCA tinha como prioridade lutar para assegurar políticas de proteção integral a todas as crianças e adolescentes do país.

Segundo Carvalho (2000), a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, refletiu esse cenário e ratificou as normativas internacionais inscritas na Convenção Internacional dos Direitos da Criança que desde novembro de 1989 que havia sido aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas e assinada pelo Brasil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, de julho de 1990, revoga o Código de Menores de 1979 e a lei de criação da FUNABEM, trazendo detalhadamente os direitos da criança e do adolescente já em forma de diretrizes gerais para uma política nessa área. Adota expressamente em seu artigo 1º a Doutrina da Proteção Integral que reconhece a criança e o adolescente como cidadãos; [...] estabelece uma articulação com o Estado e sociedade na operacionalização da política (FALEIROS, 2009, p. 81).

A mesma autora afirma ainda que o movimento provocado pelo Fórum DCA em 1990 concentrava esforços para a implementação dos novos princípios legais do ECA, priorizando os Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Direitos da

Criança e Adolescente, descentralizando e municipalizando a atenção básica. Tinha como prioridade também a implantação dos conselhos tutelares nos municípios, formular planos de desenvolvimento direcionado ao público infanto-juvenil, implementar medidas sócioeducativas e de proteção especial ao grupo em situação de risco social e pessoal e que cometeram alguma infração.

Faleiros (2009) relata que em 1992 foi instaurado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Este Conselho vai impulsionar a implantação do ECA que traz uma mudança fundamental para as políticas relacionadas à infância no país. Há uma forte movimentação para implantar os conselhos de direitos e os conselhos tutelares nos municípios nesse período.

Em 1993, cria-se o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA) para articular e integrar ações de apoio a população infanto-juvenil sob a supervisão do Ministério da Educação, buscando um sistema que atenda de forma incondicional a população infanto-juvenil.

O autor explica que era preocupante o índice de repetência e evasão escolar desse público, muitos entravam na escola, mas, poucos concluíam o ensino fundamental, pois muitas vezes a família encaminhava seus filhos para o trabalho precoce, vendo a chance de reforçar ou garantir uma renda, fazendo todo tipo de trabalho, por uma remuneração mínima. Pensando nisso, o governo passa a criar programas como o Programa Bolsa Escola como forma de incentivo à escolarização, transferindo renda às famílias que mantivessem seus filhos na escola, este programa posteriormente transforma-se em Programa Bolsa Família (FALEIROS, 2009).

Faleiros (2009) explica que, somente a partir do ECA, o trabalho ilegal de crianças e adolescentes passa a ter foco no Ministério Público Federal, no Ministério do Trabalho e na Secretaria da Polícia Federal que firmam o compromisso de reprimir e erradicar o trabalho infantil.

Segundo Carvalho (2000), em 1997 foi realizada a II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação mais de 600 delegados de Estados e Municípios, essa Conferência foi de extrema importância na mobilização social e fortalecimento da luta pelos direitos da criança e do adolescente. Para a preparação dessa Conferência foram realizadas conferências municipais e estaduais, as quais saíram propostas de discussão como: “[...] prevenção e

erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalho do adolescente, responsabilidade e articulação de órgãos governamentais e não governamentais na defesa dos direitos de crianças e adolescentes”(CARVALHO, 2000, p.18), surgiram também temas como a exploração sexual e violência, mas também articulação e responsabilidade do Estado e da sociedade quanto a proteção integral de crianças e adolescentes (CARVALHO, 2000).

Para Abad (2003), é necessário que a sociedade questione e reflita sobre as normas de comportamento de suas instituições, mas essa reflexão crítica não acontece como mágica, nem tão pouco como fruto da hegemonia dos poderes, mas sim da mobilização social, e essa mobilização é refletida nos fóruns, seminários e conferências.

O autor afirma ainda que a construção da política é influenciada por inúmeros fatores, como interesses da população, as megapolíticas de desenvolvimento, recursos disponíveis, propostas, alternativas e capital político de grupos não hegemônicos. Mas para, além disso, é necessário que uma situação determinada requiera solução.

O mesmo autor afirma ainda que a política pública facilita consensos sociais promovendo desenvolvimento do sistema institucional e tornando possível o controle social e a responsabilidade pública. As políticas são instrumentos para governar a sociedade de forma democrática.

Para Abad (2003), as políticas voltadas ao público infanto-juvenil são tratadas como políticas setoriais e, sobretudo, são políticas focalizadas, visto que são pensadas a partir do nível de necessidade, pobreza ou risco social, isso as diferencia de outras políticas. Idealmente, as políticas sociais têm como responsabilidade básica a construção da cidadania social, reproduzindo na sociedade condições mínimas para efetivar a igualdade de direitos legalmente reconhecidos.

Para Bravo(2008), é necessário continuar levantando a bandeira dos direitos da criança e do adolescente e reafirmar o debate sobre políticas públicas voltadas à família ressaltando a necessidade da garantia dos direitos sociais.

Alencar (2008) explica que as políticas em curso no Brasil, a partir da década de 90, redesenha o cenário social, alterando as formas de organização e reprodução social dos trabalhadores e suas famílias. O autor afirma que, “as condições de vida dos

indivíduos dependem, em grande parte, da inserção social de todos os membros da família”(ALENCAR, 2008, p.62).

Como explica Alencar (2008), a sociedade brasileira se caracteriza pela lógica da privação de direitos, mas a persistência da família é como um elemento central para a vida dos indivíduos, principalmente no que se refere a crianças e adolescentes. O autor chama a atenção para o fato que, na última década a família foi alvo central de intervenção das políticas de assistência social, e que, a proteção à família se tornou uma estratégia de governo, mas o Estado não pode atribuir à família toda a responsabilidade do futuro de seus membros uma vez que.

[...] alterações recentes na organização e dinâmica familiar, (diminuição do seu tamanho, diversificação dos arranjos familiares, inserção crescente das mulheres no trabalho), [...] atingem e modificam os tradicionais mecanismos de solidariedade familiar, acarretando uma interação limitada e precária entre os poucos membros da família (ALENCAR, 2008, p.64).

A família deve assumir um lugar de destaque nos programas sociais, sendo alvo de políticas que considere todas as implicações causadas pela questão social no país. As políticas devem ser mais efetivas levando em consideração todos os aspectos da desigualdade social, e para, além disso, deve melhorar as estratégias de combate à pobreza (ALENCAR, 2008).

[...] em decorrência da grande crise econômica do país [da década de 90], expressa no desemprego crescente, rebaixamento dos salários, precarização das condições e relações de trabalho, desregulamentação de direitos sociais, observa-se uma fragilidade da família para cumprir seu papel no âmbito da reprodução social, funcionando como suporte material e de integração social [...] a qual os indivíduos podem encontrar refúgio para as situações de exclusão (ALENCAR, 2008, p.64).

Com a crise, o Brasil passou a seguir o receituário neoliberal, promovendo a inserção da economia numa ordem globalizada, privatizando o Estado, em consequência passa a reduzir gastos, sobretudo na área social, desenvolvendo políticas econômicas que impactaram negativamente sobre as condições estruturais da produção e do mercado de trabalho, e conseqüentemente afetava a família brasileira (ALENCAR, 2008).

### **2.1.1 O Sistema Único de Assistência Social e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes - O Projeto Cidadão**

Começamos a discutir este item com breve histórico da Política de Assistência Social no Brasil, para que possamos entender em que se pauta o Projeto Cidadão que atende crianças, adolescentes e seu núcleo familiar no contra turno da escola, antes conhecido como jornada ampliada e após a normatização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) passa ser chamado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Segundo Behring e Boschetti (2006), a construção das políticas sociais no Brasil são frutos de um enorme espírito reformista pressionado pelo movimento dos trabalhadores. As autoras relatam que na metade da década de 1990, circulava no meio político intelectual e na mídia uma campanha para que houvesse uma reforma no país. Na época o Brasil era governado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) que tratou de reformas, mas estas eram voltadas para o mercado, o Estado era apontado como responsável pela crise econômica e social vivida pelo país, e por isso era necessário reformá-lo para que se pudesse corrigir disfunções e reduzir custos.

O Estado respondeu a crise dando ênfase à previdência social e as privatizações argumentando que privatizar era necessário para atrair capital e reduzir a dívida externa e interna do país, obtendo mais qualidade nos serviços e preços baixos para os consumidores.

As mesmas autoras afirmam que, “os direitos mantidos pela seguridade social se orientam, sobretudo pela seletividade e privatização em detrimento da universalidade e estatização” (BEHRING; BOSCHETTI 2006, p. 161), e que os critérios para a inserção são cada vez mais focalizados e seletivos, reduzem direitos e o valor dos benefícios. Cabe lembrar também que a saúde padece, está doente por falta de recursos, o que se caracteriza em grandes filas, falta de medicamentos, leitos e a demora no atendimento (BEHRING; BOSCHETTI 2006).

Behring e Boschetti (2006) afirmam que a consolidação da assistência social como política pública ainda enfrenta grandes desafios para se firmar, pois deve superar a morosidade para se regulamentar como direito. Temos como exemplo a Lei

Orgânica da Assistência Social (LOAS) que foi sancionada em 1993, mas só foi efetivada em 1995, com redução na abrangência, haja vista que os serviços prestados pela assistência atingem apenas entre 15% e 25% da população que deveria ter acesso aos direitos.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Assim, fica comprovado que é direito do cidadão a assistência social e o Estado tem o dever de garantir, mas como afirma as autoras, nem todos que necessitam têm acesso. Instituído em 2004, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que se propõe a alterar esse quadro traz avanços na área de assistência que precisam ser reconhecidos pois, vem a ser um “[...] sistema descentralizado e participativo que considera a dimensão territorial e fortalece as proposições da LOAS quanto a articulação da entre planos, Fundos e Conselhos” (BEHRING; BOSCHETTI 2006, p. 162).

[...] o SUAS reorganiza os serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com funções que desempenham, o universo de pessoas que deles necessitam e sua complexidade. São estabelecidos padrões de serviços que devem ser difundidos e assimilados, progressivamente, nas ações de Assistência Social, sob diversos aspectos: os eixos de atuação, na nomenclatura dos equipamentos, a qualidade dos atendimentos, os indicadores de avaliação e resultados (BRASIL, 2003, p. 9).

Segundo o Manual Informativo para Gestores e Técnicos sobre o Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2003), o primeiro eixo de atuação é a Proteção Social Básica que tem como objetivo prevenir situações de risco social, contribuindo com desenvolvimento das potencialidades, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. A Proteção Social Básica é destinada à população em situação vulnerável decorrente da pobreza, privados de renda e sem acesso aos serviços públicos, com vínculos afetivos fragilizados.

”A Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos” (BRASIL, 2003, p. 9), é importante ressaltar que, é de competência do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) coordenar e organizar os serviços, e estes são divididos por territórios (BRASIL, 2003).

São exemplos de serviços de proteção social Básica: Programa de atenção às famílias- PAIF; Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento a pobreza; Centros de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos que visem o fortalecimento do vínculo familiar, com ações que favoreçam a socialização, a valorização do brincar e da defesa dos direitos da criança; Serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, visando a sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Programa de incentivo ao protagonismo juvenil, com fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centros de Informação e de Educação para o Trabalho para jovens e adultos (BRASIL, 2003, p 10).

Dentre esses serviços queremos destacar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), uma vez que o “Projeto Cidadão” é um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o qual estão inseridos os adolescentes alvo desta pesquisa, segue as orientações do SUAS e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que estabelece bases de padronização e reordenamento dos serviços prestados à crianças e adolescentes.

Por Reordenamento entende-se a unificação das regras para a oferta qualificada do SCFV, que visa equalizar/uniformizar a oferta, unificar a lógica de cofinanciamento federal, possibilitar o planejamento da oferta de acordo com a demanda local, garantir serviços continuados, potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias e facilitar a execução do SCFV, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros (BRASIL, 2013).

O “Projeto Cidadão” (SERRA, 2010), surgiu em 1997 no Bairro Novo Horizonte em Serra, criado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ligadas à igreja Católica São José Operário em Carapina ao observarem que havia na região uma forte cultura de prostituição, um alto número de crianças e adolescentes vagando pelas ruas até mesmo usando a rua como moradia, em contato com situações de tráfico e uso de drogas colocando-os em total situação de vulnerabilidade. Diante desses desafios em parceria com a Associação de Moradores o Projeto teve como sede provisória o Centro Comunitário do Bairro Novo Horizonte. No mesmo período firmando parcerias com algumas instituições iniciou-se a construção de sua sede, no mesmo bairro, para qual se transferiu em 1998.

Diante das situações identificadas, o bairro de Novo Horizonte foi escolhido para representar de maneira significativa o universo a qual o projeto se propõe a atender. À margem da região industrial de Carapina, o bairro de Novo Horizonte antes conhecido como São Sebastião, surgiu para abrigar boates de *strep tease* e casas de prostituição que serviam de entretenimento para os homens que trabalhavam no polo industrial de Carapina na construção da companhia Vale do rio Doce e a companhia Siderúrgica de Tubarão, com o final das obras milhares de trabalhadores

firmaram moradia nas intermediações surgindo assim, um grande bolsão de pobreza. Ainda hoje o bairro é marcado por uma forte cultura de prostituição, tráfico e uso de drogas, com núcleos familiares pobres e miseráveis. Uma das consequências é o número de crianças e adolescentes frutos de relacionamentos advindos da prostituição, muitas destas crianças e adolescentes são acompanhados pelo projeto.

O Projeto Cidadão pertencente à Rede de Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente (AICA) vinculado a Caritas Arquidiocesana de Vitória e a Pastoral do Menor, atualmente mantém convenio com a Prefeitura Municipal da Serra, conta também com parcerias com a Arcelor Mital Tubarão, Vale e a Fundação Danilo e Luca Fossatti de origem italiana. A verba dos convênios é repassada através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), são de projetos pontuais, como por exemplo, o recurso repassado pela Arcelor Mital, é destinado para custeio da folha de pagamento dos funcionários, já o recurso repassado pela Vale, é destinado para o custeio dos cursos profissionalizantes e a Prefeitura, custeia alimentação e material pedagógico. A doação recebida através da Fundação Luca e Danilo Fossatti, serve para custear a manutenção do espaço, transporte, e material permanente, uma vez que, a verba de outros convênios não pode ser usada para estes fins (SERRA, 2010).

O Fundo da Infância e Adolescência (FIA) é um órgão legal, criado pela Lei 8.069 de 1990 (ECA), permitindo que à sociedade possa ajudar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio de doação, sendo que o valor da doação será dedutível do imposto de renda.

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios, (2013) o Fundo da Infância e Adolescência é gerido pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente a nível municipal e estadual e funciona como um suporte ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Os recursos destinados tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, antes de chegar à instituição passam primeiro pelo Conselho, que repassam a verba conforme escolhido pelo doador, garantindo credibilidade e confiança ao processo. Cabe ressaltar que a verba destinada através do FIA não podem ser utilizadas para manutenção e ou compra de material permanente, salvo na aprovação do projeto pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, quando o projeto estipular tal gasto.

Sendo assim, o projeto atende 200 crianças e adolescentes com idade entre 7 e 18 anos incompletos, moradores do bairro Novo Horizonte e adjacências e ou encaminhadas pelo CRAS, Conselho Tutelar e Juizado da Infância e Juventude de Serra que estejam em situação de vulnerabilidade social e ou risco social, em sua maioria pertencentes a núcleos familiares com renda per capita de até meio salário mínimo por pessoa, tendo que ser matriculados na escola ou serem logo matriculadas (SERRA, 2010).

O Projeto Cidadão para desenvolver seu trabalho segue as orientações do SUAS, a Tipificação de Serviços Socioassistenciais para o Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos e os seis princípios da Pastoral do Menor: presença, diálogo, educação solidária, espírito crítico, criatividade e protagonismo infanto-juvenil (SERRA, 2010).

Com base na Tipificação o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, deve ser realizado em grupos, de modo a possibilitar que seus usuários desenvolvam suas potencialidades de acordo com seu ciclo de vida e o trabalho social com famílias deve prevenir as situações de risco social. As formas de intervenção social devem ser planejadas, criando situações que desafie, estimule e oriente os usuários na construção de suas histórias e vivências tanto individuais quanto coletivas, na família e no território (SERRA, 2010).

Partindo desse pressuposto, o Projeto Cidadão cria o Projeto Juventude em Ação que, de forma diferenciada visa atender dentro da sua unidade, 50 adolescentes com idade entre 13 anos e seis meses e 17 anos. O projeto possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (SERRA, 2013).

O projeto agora começa a passar por mudanças, toda a equipe de trabalho passa a receber formações, para que entendam as mudanças ocorridas e nova forma de trabalho. A primeira dificuldade encontrada, era fazer com que as pessoas entendessem que a porta de entrada para a inserção das crianças e adolescentes no projeto, é o CRAS da região. Mas que o encaminhamento não era garantia vaga, e que a matrícula só seria efetivada conforme a disponibilidade de vagas.

Outra dificuldade foi a divisão dos grupos por idade, os adolescentes, acostumados a participar de todas as atividades, agora passa a ter um educador dedicado somente a eles, com propostas e atividades diferenciadas, voltadas ao mercado de trabalho, com debates, palestras, cursos profissionalizantes e inscrições para estágio.

Um grande desafio quanto ao encaminhamento dos adolescentes para o campo de estágio e mercado de trabalho é a baixa escolaridade, uma vez que grande parte dos adolescentes atendidos no projeto estão defasados na escola, ou são analfabetos funcionais, excluindo-os dos programas de adolescente aprendiz. Para a inserção desse público em cursos profissionalizantes o projeto propôs ao Serviço Nacional de Aprendizagem Profissional (SENAC) que apresentasse alternativas de cursos que atendessem o perfil dos nossos adolescentes atendidos, haja vista que o SENAC possui critérios como idade e escolaridade para inserção seus cursos.

Diante das dificuldades apresentadas o projeto vem desenvolvendo suas atividades, pautadas no SUAS, mas não abandonando os princípios da Pastoral do Menor, sendo presente, educando na base do diálogo e educação solidária, incentivando o espírito crítico e a criatividade e sobretudo incentivando o protagonismo infanto-juvenil, tornando o trabalho diferenciado e atrativo para este público.

Segundo o Projeto Político pedagógico (2010) o trabalho desenvolvido com os adolescentes no Projeto Cidadão visa favorecer vivência de experiências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentada em princípios éticos políticos de defesa da cidadania e justiça social, potencializando a participação cidadã, promovendo espaços de livre expressão de opiniões e de reivindicação, bem como a participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais organizações comunitárias e outros espaços de organização social. Contribuindo também para a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvendo a autoestima autonomia e sustentabilidade.

Através de encontros e palestras temáticas os adolescentes poderão abordar questões relevantes à juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do adolescente. As temáticas serão aplicadas por módulos, com entrega de certificados contendo carga horária e conteúdo programático (SERRA, 2013).

As temáticas apresentadas foram: empreendedorismo, inscrição no mercado de trabalho e suas exigências atuais, ética profissional, higiene e postura para o mercado de trabalho, relação interpessoal para a cidadania e currículo profissional, além dos cursos de capacitação profissional que se estendem também à família. As atividades também devem desenvolver nos adolescentes habilidades de modo a orientar o adolescente para escolha profissional (NASCIMENTO, 2013).

Os cursos e formações possuem carga horária que varia de 16 a 200 horas, sendo divididos por áreas temáticas como: Inclusão Digital Nível I, que é a informática básica, Nível II montagem e manutenção de computadores, *Corel Draw* e *Fotoshop*. Beleza e Estética com os cursos de cabeleireiro, manicura, depilação e maquiagem, na área de Culinária são ofertados cursos de padaria, confeitaria, bolos e tortas, salgados, bolos artísticos e brigadeiro *gourmet*, e na área Industrial e Empresaria os cursos são eletricitista predial, eletricitista industrial, soldador eletrodo revestido, soldador mig mag, soldador tig, auxiliar administrativo e almoxarife (NASCIMENTO, 2013).

Além dos cursos, os adolescentes participam de atividades esportivas e de lazer, com foco na convivência social por meio da arte-cultura esporte-lazer, como fator educativo valorizando suas aptidões, além de passeios recreativos.

A figura 1 mostra a fachada do Projeto Cidadão. Já a Figura 2 é do curso de brigadeiro Gourmet realizado no Projeto Cidadão e ministrado pelo SENAC, com a participação de 15 adolescentes por cada turma.

Figura 1- Foto da fachada do Projeto Cidadão



Fonte: Rede de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes (AICA) 2013.

Figura 2- Adolescentes participam do curso de Brigadeiro *Gourmet*



Fonte: Rede de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes (AICA) 2013.

Cabe ressaltar que a capacitação profissional também se estende às famílias das crianças e adolescentes atendidos no projeto.

## 2.2 A CONDIÇÃO JUVENIL NO BRASIL

No item vamos discutir sobre a situação dos adolescentes e jovens no Brasil e no município da Serra.

O tema da juventude tem tomado corpo no Brasil, e forma bastante intensa nos últimos anos, ampliando e diversificando os focos anteriormente existentes e colocando novas questões e desafios para a construção de diagnósticos e ferramentas de trabalho para quem atua em ações e iniciativas dirigidas aos jovens (FREITAS, 2005, p. 6).

Conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (2011) é considerado adolescente a pessoa com idade entre 12 e 18 anos, mas que em casos expressos em lei, o ECA também se aplica a pessoas entre 18 e 21 anos de idade em casos de medidas socioeducativas. O Ministério da Saúde, (2005) adotou como base para atendimento a adolescência como sendo de 10 a 19 anos e juventude entre 15 e 24 anos. É importante ressaltar que a adolescência é a etapa da vida compreendida entre a infância e a idade adulta, momento que passam por um importante processo de desenvolvimento biopsicossocial

A partir das representações que cada sociedade constrói a respeito da adolescência, portanto, que se definem as responsabilidades e os direitos que devem ser atribuídos às pessoas nessa faixa etária e o modo como tais direitos devem ser protegidos. A adolescência é concebida, aqui, como uma fase especial de afirmação da autonomia do indivíduo, vital para o exercício da cidadania e de seus múltiplos direitos. Por isso é necessário reconhecer as capacidades de reflexão, decisão e ação desse grupo de indivíduos (MORAES et al, 2002, p.7).

De acordo com dados do Censo 2010, cerca de 33% da população brasileira está com idade entre 0 e 18 anos, sendo um total de 59.657.339 jovens. Letão, Pasinato e Kanzo (2004) afirmam que, durante esta fase estão passando por intensas transformações tanto biológicas quanto socioeconômicas, podendo caracterizar em fragilidades, que posteriormente podem resultar em vulnerabilidade dependendo da trajetória de vida desses jovens.

Letão, Pasinato e Kanzo (2004), ao apontarem dados do Ministério da Saúde de 2000, referem que, cerca de 40% dos homicídios ocorridos no Brasil envolviam jovens de 15 a 24 anos. As mesmas autoras afirmam que uma parcela dos jovens brasileiros estão em situação de vulnerabilidade, levando até a se falar em crise dos jovens, uma vez em 2002 os jovens representavam 19,5% da população brasileira, e eram responsáveis por 47,7% do total de desempregados e 19,6% dos pobres.

Segundo Dayrell e Gomes (1997), a imagem do jovem no Brasil vem sendo associada à questão da violência e vulnerabilidade, ou seja, o jovem é tratado como problema.

[...]a juventude vista como problema, ganhando visibilidade quando associada ao crescimento alarmante dos índices de violência, ao consumo e tráfico de drogas ou mesmo à expansão da AIDS e da gravidez precoce, entre outros. Não que estes aspectos da realidade não sejam importantes e estejam demandando ações urgentes para serem equacionados. A questão é, ao conceber o jovem de uma maneira reducionista, vendo-o apenas sob a ótica do problema, as ações em prol da juventude passam a ser focadas na busca de superação do suposto “problema” e, nesse sentido, voltam-se somente para os setores juvenis considerados pela sociedade, pela escola e pela mídia como “em situação de risco” (DAYRELL; GOMES, 1997 p.2).

Para Dayrell e Gomes (1997), esse olhar sobre a juventude prejudica o investimento em ações com base na perspectiva do direito, desencadeando políticas centralizadas e focalizadas na situação problema ou com uma visão de jovem problema. Existe a ideia de juventude associada à liberdade, ao prazer, com comportamentos irresponsáveis, passando a impressão de que o jovem não vivencia dificuldades e dores, a qual também fazem parte da descoberta, seja pelo contexto familiar e social, seja pelas descobertas decorrentes da sua própria história.

Para Letão, Pasinato e Kanzo (2004), o debate sobre as condições de vida dos jovens no Brasil é relativamente novo, e que só foi intensificado a partir dos anos de 1990 com a promulgação do ECA, com rebatimento na formulação de políticas para esse público. As autoras afirmam que com o crescimento da população jovem, vem sendo discutido temas como a fecundidade de mulheres com menos de 20 anos, a instabilidade do mercado de trabalho, violência nas grandes cidades, e o crescimento das taxas de doenças sexualmente transmissíveis incluindo a AIDS. Mas, sobretudo devemos discutir que esse jovem é fruto da sociedade e estão em um processo de aprendizagem e descobertas e necessidades específicas.

[...] juventude é entendida como uma fase da vida «em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da ‘cultura’ e da assunção de papéis adultos». Nesse sentido, é o momento por excelência para a manutenção da coesão da sociedade. A Sociologia funcionalista apropria-se, porém, das falhas desse processo de socialização e transforma a juventude em fonte de risco para a continuidade social (LETÃO; PASINATO; KANZO, 2004, p. 16).

Para Dayrell (2007), o jovem apresenta características práticas e sociais em um universo próprio completamente diferente das gerações passadas, devemos levar em conta que os jovens vêm se construindo em um contexto de grandes

transformações socioculturais, mas também das transformações no mundo do trabalho alterando as formas de inserção desse jovem no mercado de trabalho.

O autor explica ainda que com crescimento do desemprego, principalmente a partir dos anos 1990, os jovens das camadas mais pobres são os mais atingidos, pois diminui seu campo de possibilidades tendo que conviver com a pobreza e garantindo a própria sobrevivência, e isso interfere diretamente em suas vidas, diante da tensão entre garantir uma renda imediata e um possível projeto futuro.

Moraes et al (2002) trazem dados do Ministério do Trabalho e Emprego, através da Relação Anual de Informações onde aponta que cerca de 5,5 milhões de famílias com filhos de até 14 anos de idade possui renda *per capita* inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. E que 79.392 jovens entre 12 e 17 anos são responsáveis por sustentar a família, e cerca de 13% das mulheres com idade entre 15 e 17 anos tem pelo menos um filho. Essa situação é preocupante, uma vez que esses jovens estão envolvidos em questões que os fazem amadurecer rapidamente, os tornando “adultos precocemente”, impedindo ou limitando que experimentem coisas próprias da idade.

Para Gaio (2006), isso é o que podemos chamar de moratória social, ou seja, a falta de respostas positivas do Estado e do mercado de para o público jovem, acabando com a ética do trabalho como fonte de organizadora da identidade, gratificação e realização pessoal. A condição juvenil no Brasil até a década de 1980, era envolvida por um circuito constituído por família, escola e trabalho, o que determinava a passagem da adolescência para a idade adulta, e uma vez que o emprego dava ao jovem identidade e autonomia frente à família.

Segundo Gaio (2006), houve uma destruição de milhões de empregos e redução dos salários, criando um vasto mercado informal, provocando não só uma nova pobreza, mas também destruíram rapidamente os valores que estruturaram o mundo moderno.

A moratória social prolongaria a juventude até depois dos 30 anos, permitindo o desaparecimento da infância e a precocidade da adolescência. Como o trabalho não mais gratifica e não produz identidades positivas, a nova condição juvenil encontra apenas no consumo a fonte de referências positivas. As transformações na família e na escola contribuem para gerar descrédito nos símbolos que antes eram considerados como fonte de autoridade (a paternidade, o saber, a religião e as leis) [...] nos marcos da moratória social, ensejaria o aparecimento de jovens com forte autonomia pessoal (uso indiscriminado do tempo livre) e que buscariam a multiplicação

de experiências vitais. Na nova condição juvenil, o futuro e o passado deixam de ser dimensões importantes e a ênfase reside apenas na felicidade da sensação. O novo jovem tem necessidade de reconhecimento, visibilidade, auto-estima e expressão (GAIO, 2006, p.1-2).

Para esse mesmo autor, a nova geração juvenil, ao contrário das gerações anteriores é avessa à participação política, e pouco se sensibilizam com questões sociais.

Moraes et al (2002) relatam que, a escolarização desses jovens é cada vez mais complexa, pois faltam habilidades de leitura e escrita, assim como habilidade em resolver e compreender problemas e isso é requisito para o acesso a informações para o exercício do trabalho e da cidadania.

Segundo Leão (2005), nos últimos anos tem crescido o número de jovens com idade entre 15 e 24 anos frequentando regularmente a escola, com vistas a melhor qualificação para o mercado de trabalho, e que 97% dos jovens são alfabetizados, porem cercade 21% podem ser considerados analfabetos funcionais.

Ferreira et al (2010), relatam que os jovens do sexo masculino continuam frequentando a escola durante o ensino médio pensando em uma melhor qualificação profissional, já as meninas estão preocupadas em uma melhor colocação no vestibular. Os autores ressaltam ainda que essa geração de jovens são mais escolarizados que sua família, possivelmente em consequência das políticas de inclusão social nas universidades.

Segundo Dayrell (2007), a escola como conhecemos é um modelo fracassado e que, para escola e seus profissionais, os jovens são os culpados devido ao desinteresse, mostrando-se individualistas e irresponsáveis, e para os jovens a escola se mostra distante de seus interesses, reduzida a um cotidiano maçante, ou seja, uma obrigação, pois é a única maneira de se conseguir um diploma.

Dayrell e Gomes (2000) relatam que em termos gerais o diploma do ensino médio nem sempre é garantia para entrada no mercado de trabalho, uma vez que as portas para o primeiro emprego foram fechadas para o jovem brasileiro, sobretudo para aqueles com baixa escolaridade ou analfabetos funcionais vítimas da pobreza e exclusão, deixando nesses jovens um sentimento de fracasso por não conseguir trabalho remunerado, causando desânimo e frustração, possibilitando o ganho por via do crime.

As estatísticas indicam que o Brasil ocupa o terceiro lugar no mundo naquilo que se refere ao assassinato de jovens entre 15 e 24 anos, segundo estudo da UNESCO divulgado em agosto de 2000 e denominado Mapa da Violência III[...]. Segundo informações do Ministério da Saúde, no Brasil, as taxas de mortalidade entre homens de 15 a 24 anos são quase 50% maiores que as dos Estados Unidos e 100% maiores que as registradas no Canadá, na França ou na Itália. Os números excedem aqueles relativos a países em situação de guerra declarada. O tráfico e o consumo de drogas contribui fortemente para a participação de jovens brasileiros no ciclo perverso de homicídios quer sejam como agressores ou como vítimas da violência. Os traficantes de drogas encontram nos jovens das áreas populares urbanas uma mão-de-obra barata e disponível para seus empreendimentos que se situam no contexto de uma rede ações criminosas que envolvem também o roubo, os jogos de azar, a exploração sexual, a extorsão e o comércio ilegal de armas (DAYRELL, GOMES, 2000 p. 7).

Para os mesmos autores o principal responsável por esse número de assassinatos de jovens no país, se dá pela baixa escolarização, o trabalho precário ou falta dele, diante da realidade cotidiana, os jovens têm pouca ou nenhuma expectativa de vida. Essa situação se vê ainda mais agravada com a ausência do Estado, que não oferece soluções por meio de políticas públicas e sociais que contemplem o universo juvenil (DAYRELL; GOMES, 2000).

### **2.2.1 Situação e condição dos adolescentes na Serra**

Segundo o último Censo populacional realizado em 2010, o município da Serra é composto por 409.267 habitantes, sendo que 44% dessa população tem menos de 25 anos e 34% desta parcela é constituída por crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade.

O município está localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória, possui uma área de 553,254 KM<sup>2</sup>. Atualmente o município da Serra é o mais populoso da Grande Vitória e possui o maior polo industrial do estado, as principais indústrias localizadas na região são: Civit I, Civit II, TIMS e Arcelor Mittal Tubarão. Mesmo tendo na região o maior polo industrial do estado, temos também no município uma grande concentração de pobreza, segundo dados do IBGE 2010, cerca de 27% da população da Serra não possuem renda, dentre estes 32% residem em Novo Horizonte (SERRA, 2013)

O município da Serra tem enfrentado seu maior desafio que é o alto índice de homicídios, com base nos dados da Secretaria de Segurança Pública do Espírito

Santo (2009) ocorreram 98 assassinatos por 100 mil habitantes, sendo que a média nacional é de 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes. A maioria das vítimas compostas por adolescentes e jovens com idade entre 15 e 25 anos.

De acordo com dados da Pesquisa do Observatório das Favelas (2012), entidade do Rio de Janeiro, sobre o índice de homicídios de adolescentes (IHA), o município da Serra é um dos 10 mais violentos do Brasil. A violência está ligada diretamente ao tráfico e consumo de drogas.

Existem na Serra 118 bairros e dentre esse 27 apresentam grandes índices de vulnerabilidade entre eles o bairro de Novo Horizonte, são bairros com infraestrutura precária, poucas opções de lazer, altos índices de desemprego, violência envolvendo tráfico e consumo de drogas. Para Fraga e Luianelli (2003) O fomento das atividades do tráfico vem acarretando varias consequências como, o envolvimento crescente de jovens nas variadas ocupações vinculadas ao crime em decorrência disso aumentou o número de vítimas fatais dessa faixa etária.

Neste ambiente as crianças e adolescentes são as principais vítimas, desde os primeiros anos de vida, vivenciam a violência e rejeição muitas vezes dentro da própria família. Mas as famílias também são abandonadas, pela sociedade e pelo Estado (SERRA, 2010).

Para Carvalho (2002), as expectativas depositadas na família, ainda estão no imaginário coletivo, ainda com uma visão de família nuclear, que protege, cuida, que é responsável pelo aprendizado, construção da identidade e vínculos de pertencimento, capazes de incluir o sujeito na comunidade e na sociedade. Porém isso não é garantia e sim possibilidade.

Oliveira (2009) afirma que as mudanças ocorridas na família nuclear, têm resultado no que chamamos de novos arranjos familiares, que são combinações que podem variar em uniões entre casais que possuem filhos de outro casamento, união entre pessoas do mesmo sexo, mães sozinhas com seus filhos, sendo de pais diferentes, pais sozinhos com seus filhos, avós com netos, e uma infinidade de formas de se definir família.

A autora afirma ainda, que é necessário levar em conta a família vivida, e não a idealizada, e que, as diversas formas de organização e reorganização familiar, estão ligadas diretamente as estratégias de sobrevivência e muitas vezes se sobrepõem

aos laços consanguíneos, e que é preciso considerar as experiências vividas por cada grupo familiar, observando que, um modelo não deve sobrepor ao outro.

Não importa o modelo familiar e sim o contexto a qual o sujeito está inserido.

O contexto pode exercer grande influencia sobre a configuração familiar, expressando diversidades em suas relações interiores. A família vem sendo influenciada pela manifestação da questão social que em nossa sociedade, é escancarada pela imensa desigualdade que vivenciamos (OLIVEIRA, 2009, p. 74).

Oliveira (2009) afirma que, a aceleração do capitalismo e o advento da globalização, contribuíram com as mudanças nas relações afetivas e a maneira da família viver em sociedade. A família é influenciada pela sociedade ao mesmo tempo em que, em determinadas situações também exerce influencia.

A autora destaca que todo homem necessita ter sua individualidade, porem individualidade não pode ser confundida com o individualismo, que tende a conduzir através de atitudes egoístas a sociedade contemporânea. “É necessário compreendermos o cotidiano das famílias na sociedade contemporânea, para que possamos verificar como estabelecem as influencias da sociedade na família e o papel da família na sociedade” (OLIVEIRA, 2009, p. 81).

Para Oliveira (2009), alguns agravantes tem modificado o cotidiano das famílias brasileiras, sobretudo as famílias da periferia das grandes cidades, como a questão do alcoolismo e a drogadição, muitas vezes em decorrência de experiências vividas durante a trajetória dessas pessoas. Outro agravante é a questão da violência doméstica, muitas vezes associada ao alcoolismo e a drogadição, que muitas vezes é o único universo que essas famílias conhecem, passando pela escala da violência urbana, deixando como consequência o crime, morte, e o tráfico de drogas.

Para Barros (2005), o fenômeno da violência não está ligadasamente as classes mais pobres e vulneráveis, a violência atinge toda a população seja de maneira direta ou indiretamente. A questão da [...]“vulnerabilidade diz respeito à análise não apenas dos sujeitos, mas também do contexto ao qual estão inseridos, considerando as estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidades” (NASCIMENTO; GOMES ; RABELO, 2003).

Oliveira (2009) afirma que a violência é uma expressão da questão social, que vem se agravando cada vez mais, e tem com um dos determinantes, a questão da pobreza, fruto de politicas compensatórias de um Estado Neoliberal que vem

trazendo sérias consequências para a população, como o desemprego, a extrema pobreza refletindo em todas áreas da vida do sujeito, sobretudo na família.

Segundo Caetano; Maas (2009), a inserção da mulher no mercado de trabalho provocou alterações no contexto familiar e educacional, mas também ampliou os espaços de igualdade entre homens e mulheres, podemos observar também que o mercado de trabalho tem absorvido de forma positiva o contingente de mulheres, observa-se uma alteração na divisão sexual do trabalho, tem crescido o número de mulheres em cargos públicos, sobretudo no que se refere à profissões que exigem mais escolaridade, como ensino secundário e superior, mas também em profissões antes ocupadas somente por homens, como motoristas e trabalhadores da construção civil.

Isso significa um afastamento da mulher das tarefas domésticas e das funções reprodutivas, deslocando um papel tradicionalmente feminino, fazendo com que a dominação masculina não se imponha mais como algo indiscutível (CAETANO; MAAS, 2009).

Mesmo com todos os avanços em relação aos espaços que a mulher conquistou no mercado de trabalho, ainda observamos uma divisão de cargos e salários para homens e mulheres como apontam os autores.

A condição de trabalho da mulher, portanto, pode estar relacionada ao seu lugar na família na medida em que sua atuação no mercado de trabalho se condiciona às relações estabelecidas no âmbito domiciliar, a hierarquia de gênero define a disponibilidade dos diferentes componentes de uma família para o mercado de trabalho, o que se dá conforme a posição do ocupado na família e pelo padrão de absorção da força de trabalho no mercado. A divisão de tarefas por sexo e suas desigualdades no mercado, atuam quando ocorre a “sexualização de ocupações”, isto é, a concentração de homens em determinados setores e atividades e de mulheres em outros (CAETANO; MAAS, 2009).

Os mesmos autores afirmam que, por mais que tenham ampliado a participação da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas, estas ainda ocupam cargos considerados como inferior ao do homem, uma vez que, valores tradicionais de gênero continuam a se reproduzir.

A agenda do Futuro 2012-2032 do município da Serra apresenta dados sobre a atuação da mulher no mercado de trabalho. Que seu ingresso no mercado de trabalho ainda não é suficiente para igualar ao rendimento dos homens, no entanto

entre 2010 e 2012 o rendimento da mulher evoluiu mais rapidamente que o dos homens, o que contribuiu para reduzir essa diferença.

No Estado do Espírito Santo no ano 2000, o rendimento das mulheres era equivalente a 64% do rendimento masculino, passando para 70,7% em 2010. Enquanto o município da Serra evoluiu de 61,5% para 66,6% no mesmo período, registrando rendimento de R\$ 1.390,03 para os homens e R\$ 925,60 para as mulheres em 2010.

### 2.2.2 Perfil do Município da Serra

A Serra surgiu em 1556 com a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição. O município teve duas fases distintas de sua economia sendo, a fase rural com grande produção de cana-de-açúcar, café, mandioca, e em menor escala cereais, e extração de madeiras de lei, em 1875 chega à categoria de cidade. Porém os investimentos área de industrialização só começam em 1960, com a implantação do Porto de Tubarão, o Centro Industrial Metropolitano de Vitória (CIVIT) I e da Companhia Siderúrgica de Tubarão CST atual Arcelor Mital, mudando a configuração urbana do município. O município está localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória, com área de 553,254 KM<sup>2</sup>. Limitando-se com os municípios de Fundão, Cariacica e Vitória a área urbana do município é formada por 118 bairros (SERRA 2012).

O município da Serra é o mais populoso da região Metropolitana da Grande Vitória e o segundo mais populoso do Estado, com uma população de 409.267 habitantes. sendo que, 70,4% dessa população estão em idade ativa. São consideradas em idade ativa pessoas com idade entre 15 e 64 anos, segundo o conceito conhecido como População em Idade Ativa (PIA) diretamente ligado ao conceito de População Economicamente Ativa (PEA), que refere-se a população empregada, desempregada, ocupada, não ocupada, este é um conceito estritamente econômico baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) construído com base em três variáveis: educação, longevidade e renda. A partir do IDH Nacional foi criado o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) especificamente para

analisar os municípios. Esse índice procura mensurar dados referentes à escolaridade, renda e expectativa de vida da população. (SERRA, 2003).

No que se refere à educação, o município possui uma taxa de 6,5% de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos de idade segundo o Censo de 2010, são consideradas analfabetas, pessoas incapazes de ler e escrever. Porém é importante ressaltar que ainda existem crianças e adolescentes com idade entre 10 e 15 anos de idade que não sabem ler e escrever conforme tabela (SERRA,2003).

Tabela 1 - indicadores de alfabetização e analfabetismo, Brasil, Espírito Santo e Serra, 2000 e 2010

	Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)		Taxa de analfabetismo - Pessoas de 10 anos que não sabem ler e escrever (%)		Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	93,9	89,1	11,4	6,5	13,6	9,6
Espírito Santo	90,2	90,8	---	3,3	11,7	8,1
Serra	93,1	94,8	---	3,7	8,6	5,6

Fonte SERRA (2012)

Existe no município cerca de 154.954 pessoas com mais de 10 anos de idade sem instrução ou não concluíram o ensino fundamental, excluindo as que estão frequentando a escola. Em relação ao ensino médio são cerca de 66.215 pessoas não concluíram, ou seja 19,3% da população tendo um percentual maior que do estado que foi de 17,2%, no entanto, no que se refere à ensino médio completo e ensino superior incompleto, a Serra teve um percentual maior que do Estado(SERRA 2012).

Tabela 2- Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os municípios –2010

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Nível de instrução				
		Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Serra	343.632	154.957	66.215	101.040	19.080	2.340
Vila Velha	360.188	124.404	63.383	119.482	50.737	2.182
Vitória	288.346	78.758	43.976	94.160	70.152	1.301
Total ES	3.005.851	1.488.062	516.573	734.310	250.877	16.029

Fonte SERRA (2012)

Segundo dados da Agenda Serra 21(2012), o município alcançou uma melhoria na qualidade do ensino, mas como sabemos ainda há muito a ser feito, o espaço escolar deve ser mais atraente, sobretudo para o grupo juvenil, uma vez que apresentam maior vulnerabilidade.

Devemos destacar o fenômeno da violência urbana, que se caracteriza pelo aumento significativo do índice de violência, principalmente envolvendo o grupo juvenil. Nesse sentido, o município apresenta ainda um grande desafio que é constituir políticas públicas no sentido de reduzir o grande índice de violência e homicídios que vem conduzindo adolescentes e jovens tanto no município quanto em todo o Estado.

De acordo com dados do Mapa da Violência (2012), o Espírito Santo ocupa o segundo lugar no *ranking* número de homicídios com 50,1 por 100 mil habitantes, acompanhado pela Região Metropolitana da Grande Vitória também com um aumento na taxa de homicídios, sendo 68,6 por 100 mil habitantes ocupando a quarta posição nas regiões metropolitanas do Brasil.

Tabela 3 - Números de homicídios no Espírito Santo, RMGV e Serra - 1999-2012

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Espírito Santo	1.524	1.432	1.452	1.644	1.629	1.619	1.704	1.957	1.903	1.958	2.034	1.145	1.709	-
RMGV	1.149	1.024	1.039	1.201	1.171	1.220	1.202	1.288	1.330	1.358	1.315	1.175	1.098	-
Serra	-	-	-	433	395	410	329	349	368	432	401	375	379	171 (até 19/06)

Fonte SERRA (2012)

De acordo com os dados municipais podemos identificar também que os jovens que residem nos bairros periféricos do município são a parcela mais vitimizada pela violência e homicídios.

Segundo dados do Mapa da Violência (2012), o perfil das vítimas de homicídios no município da Serra revela homens, negros e jovens, com idade entre 15 e 29 anos de idade. O Mapa da Violência, a cor dos homicídios no Brasil (2012) trouxe dados alarmantes, quanto à taxa de homicídios de negros do país, com 65,0 para cada 100 negros, ficando atrás apenas de Alagoas com 80,5 para cada 100 mil negros, sendo que o Brasil apresenta taxa de 27,4 por 100 mil. O município da Serra por sua vez, esta na 24ª colocação entre os municípios do país, com 99,1 para cada 100 mil negros e 25,2 para cada 100 mil brancos.

Diante dos fatores críticos apresentados, devemos refletir quanto a necessidade de avanços nas questões sociais no que se refere à raça, gênero e diversidade, com políticas sociais que realmente atendam as necessidades desse público, evitando assim que sejam mais um número nas estatísticas de violência e homicídios.

### 3 METODOLOGIA

O tipo de pesquisa que se aplica a esta pesquisa é a pesquisa qualitativa, pois os dados da pesquisa qualitativa trazem uma compreensão profunda de fenômenos sociais apoiados em hipóteses da maior relevância quanto ao aspecto subjetivo da ação social (GOLDENBERG, 2002).

Sendo assim, considera-se que este método é o mais adequado, pois esta pesquisa buscou conhecer a perspectiva dos adolescentes do município de Serra inseridos no Projeto Cidadão sobre a escola, a família, a comunidade e o Projeto por eles próprios e através de suas falas podemos compreender essa realidade de forma mais profunda.

O Projeto Cidadão pertencente à Rede de Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente (AICA) vinculado a Caritas Arquidiocesana de Vitória e a Pastoral do Menor. Segue as orientações do Sistema Único de Assistência Social e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, haja vista que o Projeto Cidadão deve seguir tais orientações que estabelece bases de padronização e reordenamento dos serviços prestados à crianças e adolescentes e está atualmente configurado dentro do Sistema Único de Assistência Social como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Foram alvo de nossa pesquisa adolescentes entre 13 e 17 anos, educandos do Projeto Cidadão que têm como educadora de referência esta pesquisadora, aspecto que pode facilitar a coleta dos dados e acesso aos adolescentes.

Para realização da coleta de dados utilizaremos dois instrumentos, um questionário com o universo parcial dos adolescentes participantes do Projeto Cidadão, sendo 20, além do Grupo Focal, que devido a sua essência consiste justamente na interação entre os participantes e o pesquisador (IERVOLINO, PELICIONI, 2001).

Vale destacar que, como se trata de uma pesquisa social, de abordagem qualitativa, o fator numérico de sujeitos acessados ou entrevistas não é algo preponderante neste estudo, mas sim a representação de suas falas diante da realidade estudada.

Quanto à coleta de dados, Goldenberg (2002) relata que, cada pesquisador deve estabelecer os procedimentos de coleta de dados que sejam mais adequados para

seu objeto particular, que o importante é usar a criatividade e ser flexível para explorar todos os caminhos.

Para a coleta de dados foram aplicados questionários (APÊNDICE A) junto a 20 adolescentes com perguntas fechadas para conhecermos o perfil dos adolescentes atendidos e um grupo focal (APÊNDICE B) com 10 adolescentes que participam do Projeto Cidadão localizados no bairro Novo Horizonte na Serra no período no período vespertino.

Para Gil, (2002) o questionário é um instrumento que possibilita ao pesquisador formular previamente as questões e esta técnica mostra-se bastante útil para obtenção de informações simples como acerca do que a pessoa sabe, crê ou espera. Esta técnica é o meio mais rápido de obter informações, além de não exigir treinamento de pessoal e possibilitar o anonimato.

O Grupo focal é uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne num mesmo espaço e durante um mesmo tempo, certo número de participantes que fazem parte do público alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar dados a partir do diálogo e do debate entre eles, informações acerca de um tema específico (NETO, 1998). Participaram do Grupo Focal 10 adolescentes representantes apenas do turno vespertino, dada a possibilidade de acesso aos mesmos.

Para iniciar o grupo focal organizamos as cadeiras em círculo pra que todos pudessem ser vistos e ouvidos, os temas e foram divididos em fichas elaboradas previamente. Com a ajuda dos adolescentes as fichas eram sorteadas como o tema, família, escola projeto, comunidade, a partir do tema foram realizadas perguntas para que os adolescentes discutissem e debatessem segundo sua percepção.

Acredita-se que através do grupo focal foi possível reconhecer a realidade vivenciada pelos jovens, propiciando assim um canal de interlocução entre pesquisador e sujeitos da pesquisa.

Sendo assim, utilizamos um gravador de voz (aparelho MP4) que foi alocado em local estratégico para que nenhuma informação se perdesse. Cabe ressaltar que a coleta de dados foi feita com prévia permissão dos participantes, e por se tratarem de menores de idade, também por meio da autorização dos responsáveis através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C).

O conteúdo do grupo focal foi transcrito na íntegra e após a transcrição foi realizada e análise do conteúdo das informações, as quais serão destruídas após a conclusão da pesquisa. Esta pesquisa não apresenta riscos diretos aos sujeitos da pesquisa, uma vez que se compromete com o uso fidedigno e ético das informações coletadas. Esta pesquisa não apresenta benefícios diretos aos sujeitos.

E a análise dos dados se deu pelo método de análise de conteúdo, que para (BARDIN, 2011), procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, é a busca de outras realidades por meio das mensagens.

A presente pesquisa encontra-se em consonância com os aspectos éticos que envolvem a pesquisa com seres humanos, estabelecidos pela resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e sua complementares. As informações coletadas serão mantidas em caráter confidencial. Os dados somente serão coletados após a provação da pesquisa pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.



## 4 RESULTADOS E DISCUSÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada no Projeto Cidadão em Novo Horizonte no município da Serra com o objetivo de conhecer a percepção dos adolescentes participantes do projeto, sua opinião em relação à família, escola, comunidade e do próprio Projeto Cidadão.

Foram alvo da pesquisa 20 adolescentes que participam das atividades no Projeto Cidadão no turno vespertino sendo que, apenas 10 adolescentes desses participaram do grupo focal.

A partir do questionário aplicado podemos obter alguns dados identificando o perfil do público atendido. Como podemos observar na tabela 4 abaixo, a maioria dos adolescentes atendidos é do sexo masculino com idade entre 13 e 14 anos e a grande maioria está inserida no ensino fundamental. Acredita-se que o crescente envolvimento de adolescentes com a criminalidade no bairro de Novo Horizonte, fez com que a procura por vagas para a inserção de meninos no Projeto Cidadão fosse maior que para meninas. É importante ressaltar que os adolescentes inseridos no Projeto Cidadão estão em idade regular ao nível de ensino e com exceção do adolescente que está no ensino médio que estuda em outro bairro, todos os adolescentes participantes da pesquisa estudam na mesma escola.

Tabela 4- Perfil dos adolescentes atendidos

Sexo		Idade		Escolaridade	
Masculino	Feminino	13-14	15-16	Ens. Fund.	Ens. Med.
14	6	16	4	19	1

Fonte: Elaboração própria

Quanto à realidade social vivenciada pelos adolescentes no bairro de Novo Horizonte, destacando o fato que os adolescentes ponderam aspectos relativos à estrutura do bairro, da segurança e do que gostam ou não na vida em comunidade, destacando o fato que, os adolescentes estão se envolvendo cada vez mais cedo

com a criminalidade o tráfico de drogas, como relata o adolescente G.Q 14 anos sobre o envolvimento de adolescentes na criminalidade.

Antigamente as pessoas, os traficantes que comandavam o bairro tinha 30,20 anos, hoje em dia não, tem 13, 15, 16, mata todo mundo, não tão nem ai, não vai preso [...] (G.Q 14 anos).

Segundo o relato do adolescente G.Q 14 anos, podemos observar que, ao dizer que, os jovens que hoje comandam o tráfico de drogas na região, esses o fazem com a certeza da impunidade, inclui também ao fato de haver corrupção envolvendo policiais fazendo com que a criminalidade aumente, uma vez que não há punição para os desmandos do tráfico na comunidade.

A violência e a vulnerabilidade social são fenômenos que vem se acentuando no mundo contemporâneo. Entender a relação entre eles é o principal desafio dos governos e da sociedade civil para este século. É conveniente destacar que os jovens de classes populares, se comparados a outros extratos da sociedade são uns dos grupos mais atingidos por esses fenômenos. Visto que vários estudos demonstram que a precariedade dos serviços públicos e das condições de vida, a falta de oportunidades de emprego e lazer e as restritas perspectivas de mobilidade social, como potenciais motivadores de ações violentas (ABRAMOVAY; PINHEIRO, 2003).

Os adolescentes atendidos no Projeto Cidadão, que participaram desta pesquisa disseram que, não se sentem seguros na comunidade, e para eles a polícia não oferece segurança, uma vez que os envolvidos com a criminalidade continuam soltos e colocando em risco a vida da comunidade, como relata a adolescente T. 14 anos.

Tem um menino lá perto de casa, ele fica dando tiro, ele trocou a arma dele pelo um carro, só que a polícia pegou ele com droga e tudo, a polícia deu uma batidinha (revistou) e não aconteceu nada, e o menino que trabalha eles invadiram dentro de casa, levaram o menino e o menino tá lá preso agora, e os menino que é traficante eles num faz nada [...] ( T.14 anos).

Quanto à vivência em comunidade e o sentimento em relação à segurança do bairro em que vivem, como podemos observar na tabela 5, os adolescentes demonstram gostar da comunidade e acham que é boa para viver, porém não se sentem seguros, visto que há muita violência e tráfico, como podemos observar no relato desses adolescentes: “tem muita boca de fumo, muita gente, muita gente morre, é muito ruim” (E. 13 anos); “Se você bota a cara na rua, você pode tomar um tiro” (L. 14 anos).

Mesmo gostando de morar na comunidade, os adolescentes não se sentem seguros. Isso se dá, uma vez que o fenômeno da violência urbana tem se apresentado na sociedade como um desafio tanto para jovens que são as principais vítimas desse fenômeno quanto para os definidores de políticas públicas e promotores de desenvolvimento humano. (SERRA, 2009).

Quadro 1- Satisfação e segurança em relação à comunidade

<b>COMUNIDADE</b>		
Para você a comunidade é boa para viver?		
Sim	Não	Outro
<b>11</b>	<b>2</b>	<b>8</b>
Você se sente seguro na comunidade?		
Sim	Não	Outro
<b>5</b>	<b>13</b>	<b>2</b>

Fonte: Elaboração própria

Outro fator preocupante em relação à segurança onde vivem é notável nas falas dos adolescentes, esses pontuam aspectos sobre a abordagem policial, que, segundo alguns, se dá de forma autoritária e coercitiva. Os adolescentes relatam ao serem abordados pela polícia, são ofendidos, humilhados e até agredidos, segundo eles, os policiais tratam todos, como fossem bandidos.

“Já fui parado e já apanhei [...] é normal [...]” (G.Q 14 anos); “Eles gostam de pega só preto” (M.14 anos); “O policial me parou e falou: bota a mão na parede [...]” “filho da puta”. (K.14 anos); “Eles pára as pessoas pela aparência [...]” (L.14 anos).

O adolescente G.Q 14 anos diz que já foi abordado pela polícia diversas vezes, e o fato de ter apanhado do policial é uma coisa comum na comunidade, sobretudo quando usam boné, este é tirado no tapa. Os adolescentes sabem de seus

direitos, porém não denunciam os casos de agressão sofridos por medo de represália por parte dos policiais ficando assim impunes gerando cada vez mais uma revolta na população jovem.

São vítimas de quem deveria protegê-los são rotulados, discriminados por serem na sua maioria negros e pobres, são julgados e condenados pela sua condição social, como relata o adolescente J. 14 anos.

Só porque nós mora ali nos fundo das casinha<sup>1</sup>os policial chega lá, só porque tá com uma farda acha que pode bater em você, num sabe quem nós é, vai batendo, só porque eles são policial pode bater em nós(J. 14 anos).

Essas falas nos levam a refletir de forma mais ampla sobre o que é ser jovem na periferia da Serra, mais precisamente no bairro Novo Horizonte, sendo eles quase sempre negros, pobres e moradores de favela. Nascimento; Gomes e Rebelo (2009), ao discutirem a violência estrutural, relatam que esse perfil de jovens pode ser alvo de discriminação e marginalização. Os autores afirmam que a violência estrutural, por sua vez, poderia causar um processo ao qual posteriormente podem se converter em três eixos: desemprego crônico estigmatização social e racial e exílio e teria como resultado final dessa violência a vulnerabilidade de um grupo que já se encontra, por questões etárias, num grau elevado de fragilidade.

Ainda analisando a comunidade onde vivem, os adolescentes afirmam não haver área de lazer suficiente no bairro onde residem. Segundo eles, o bairro possui uma única praça e esta é utilizada para uso de drogas impedindo que seja utilizada para o lazer. O adolescente G. 14 anos relata que antes, quando não havia tanta violência na comunidade os jovens podiam jogar bola na rua ou ir ao campo sem ter que presenciar pessoas fazendo uso de drogas em locais que deveriam servir para o lazer, e o adolescente J. 14 anos faz uma crítica ao ex Prefeito da Serra, Sérgio Vidigal que na sua gestão, inaugurou várias praças, porém em Novo Horizonte a praça não atende as necessidades dos jovens.

Antes jogar bola na rua era bonito! Hoje em dia não, se vai no campinho jogar bola, é um monte de gente usando droga, da vontade de voltar pra casa. Um dia eu fui lá jogar bola e tinha lá um monte de gente usando droga eu voltei pra casa de cabeça baixa (G.14 anos). Mais parece que Sergio Vidigal não teve infância, só construiu praçinha, praçinha (J. 14 anos).

A Prefeitura da Serra apresenta a oferta de diversas propostas de esporte e lazer para a comunidade, como podemos ver na tabela 6, porém os adolescentes e

---

<sup>1</sup>As casinhas são casas populares construídas pela prefeitura.

juvensda periferianão têm acesso a tais serviços, pois o bairro Novo Horizonte não foi contemplado, haja vista que para o poder público, uma pracinha é suficiente para calar a boca do pobre.

No bairro de Novo Horizonte há apenas uma praça com campo de futebol de grama sintética, e uma quadra que só podem ser usados no fim do dia, visto que, não tem cobertura e quando está sol é impossível jogar bola, mesmo de tênis. Há também um campo de futebol com grama natural, porém só pode ser usado para campeonatos e por times que alugam o espaço, ou seja, os adolescentes do bairro não têm acesso a esses equipamentos de lazer.

Segundo o Secretário de Esportes da Serra<sup>2</sup>o campo não pode ser usado pelos adolescentes para não estragar a grama. Cabe ressaltar que a organização dos horários para uso dos espaços é importante para a preservação, mas a comunidade local deve ter preferencia no uso dos espaços.

A fala do Secretário causou indignação, visto que o bairro de Novo Horizonte possui um alto índice de violência e criminalidade, sobretudo envolvendo adolescentes, que demanda de políticas públicas destinadas a este público, tem um instrumento de esporte e lazer, porem não poder ser usado por quem mais demanda.

Quadro 2- Esporte e turismo oferecidos no município da Serra

Região Litorânea	Região de Laranjeiras e Carapina	Região de Serra-Sede e entorno	Região das Lagoas Centro-leste
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Voo livre</li> <li>- Pesca</li> <li>- Surf</li> <li>- Kaltsurf</li> <li>- Bodyboard</li> <li>- Windsurf</li> <li>- Vôlei de Praia</li> <li>- Futebol de areia</li> <li>- Kartismo</li> <li>- Automobilismo</li> <li>- Hípismo</li> <li>- Montaria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Voo livre</li> <li>- Handebol</li> <li>- Vôlei</li> <li>- Basquete</li> <li>- Futebol de Salão</li> <li>- Artes Marciais (judô)</li> <li>- Equitação</li> <li>- Rodeio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trekking</li> <li>- Voo livre</li> <li>- Golfe</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesca</li> <li>- Canoagem</li> <li>- Esportes náuticos</li> <li>- Cavalgada</li> </ul>

Fonte SERRA, (2012)

Através do questionário podemos perceber que, todos os adolescentes participantes da pesquisa vivem com a família. Podemos perceber também que estas famíliasdos

<sup>2</sup> Palestra realizada no Projeto cidadão julho de 2013.

adolescentes atendidos no projeto Cidadão é o que consideramos família tradicional, ou seja, pai, mãe e filhos. A maior parte dos adolescentes participantes da pesquisa respondeu que, tem boa relação com a família, porém pouco se comentou sobre a relação familiar.

Ao responderem o questionário, um dos adolescentes respondeu que apesar da comunidade ser perigosa, seus pais cuidam dele e não o deixa ficar até tarde na rua exposto ao perigo, ou seja é na família que ele encontra a segurança necessária.

Para Carvalho (2002), as expectativas depositadas na família, ainda estão no imaginário coletivo, ainda com uma visão de família nuclear, que protege, cuida, que é responsável pelo aprendizado, construção da identidade e vínculos de pertencimento, capazes de incluir o sujeito na comunidade e na sociedade.

Com base questionários aplicados para os adolescentes, percebemos que, as famílias dos adolescentes atendidos pelo Projeto Cidadão tem alcançado essa expectativa/ou estão por alcançar, uma vez que, apenas dois adolescentes disseram viver só com a mãe ou com o pai, todos os outros tem pai e mãe morando na mesma casa.

Como podemos observar na tabela 7, a maioria dos casais de pais dos adolescentes tem em média 2 ou 3 filhos. Apesar de responderem o questionário que a relação com a família é boa, poucos adolescentes comentaram sobre a família durante o grupo focal.

Quadro 3- Relação familiar

FAMÍLIA					
Vive com a família			Instituição		
20			0		
Como é a sua relação familiar?					
Boa	Muito boa	Tranquila	Regular	Ótima	Péssima
8	4	4	2	1	1
Quantas pessoas compõe a família incluindo você?					
2-3 pessoas		4-5 pessoas		6-7 pessoas	
5		10		5	

Fonte Elaboração própria

Durante o grupo focal podemos perceber em algumas falas, referindo-se a questão de gênero, como o relato do adolescente E. 13 anos, que diz que a melhor coisa em sua casa é que sua mãe o deixa namorar, porém não deixa sua irmã, mais velha que ele, para ele a postura da mãe em relação ao namoro o faz diferente, com mais direitos, mas em relação aos serviços domésticos, as tarefas são divididas. O adolescente G.Q 14 anos, relata que em sua casa há uma inversão de papéis, aqueles papéis determinados socialmente em que diz que a mulher deve ficar em casa, limpando cozinhando cuidado da prole, enquanto o homem prove o sustento da casa.

A melhor coisa lá em casa é que minha mãe deixa eu namorar, e não deixa minha irmã, que é mais velha que eu. (E. 13 anos).

Minha mãe é o homem, meu pai é a mulher, minha mãe sai pra rua pra resolver minhas coisas e trabalhar, meu pai fica em casa, invés de minha mãe fazer a comida é meu pai que faz, ele arruma a casa, fica tudo limpinho, brilhando, bonito pra car [...] a minha mãe vai na escola fazer barraco, porque eles querem me colocar pra noite ano que vem, mais o resto tá tudo bem meu pai e minha mãe bebiam muito, depois eles se separaram, agora não bebem mais só às vezes, umas latinha (cerveja) (GQ.14 anos)

Segundo Caetano e Maas (2009), a inserção da mulher no mercado de trabalho provocou alterações no contexto familiar e educacional, mas também ampliou os espaços de igualdade entre homens e mulheres, isso significa um afastamento da mulher das tarefas domésticas e das funções reprodutivas, deslocando um papel tradicionalmente feminino, fazendo com que a dominação masculina não se imponha mais como algo indiscutível.

Através dos questionários, constatamos que todos os adolescentes residem em Novo Horizonte e estudam na mesma escola, como exceção de um adolescente que está no ensino médio e estuda em outro bairro. O bairro de Novo Horizonte possui três escolas de ensino fundamental, sendo que uma é só para o primário, ou seja, do 1º ao 5º ano, quando os adolescentes passam para o ensino médio devem estudar em outro bairro, visto que na região não há escola de ensino médio.

Quadro 4- Situação escolar dos adolescentes

ESCOLA					
Ensino Fundamental			Ensino Médio		
19			1		
Para você a escola representa algo					
Bom	Muito bom	Regular	Ruim	Péssimo	Outro
4	11	3	1	0	1
SÉRIE/ ANO					
6º - 7º		8º - 9º		1º EM	
9		10		1	

Fonte: Elaboração própria

Podemos constatar quadro acima, a maioria dos adolescentes está no ensino fundamental, cursando entre a 8º e o9ºano e consideram que a escola representa algo muito bom em sua vida, porem afirmam não ter seus direitos respeitados.

Os adolescentes afirmam que são humilhados, constrangidos dentro e fora da sala de aula, fazendo com que o ambiente escolar seja maçante e desagradável.

E questões com como as que relatam os colegas faz parte do dia a dia na escola, fazendo com que os alunos percam a motivação pelos estudos.

É também teve uma vez que a professora de ciências o menino tava com um caderno velho, ai ela falo, que ele não sabia cuidar do caderno, ai começou esculachar o menino dentro da sala humilhou o menino dentro da sala lá, o menino até chorou lá na sala, ele xingou ela, ela xingou ele, foi o maior barraco( M.C 14 anos).“O meu professor de matemática chama a gente de burro dentro da sala...”(M 16 anos).

No Estatuto da Criança e do Adolescente (2011) no art. 18 diz que, todos devem zelar pela dignidade da criança e do adolescente protegendo-o de qualquer tratamento desumano, vexatório ou constrangedor[...] O descaso da escola para com os alunos vai para além das situações de constrangimento, os adolescentes relatam situações de negligência e descaso por parte de alguns professores.É o Estado que cobra de outros órgãos, vistoria sanitária, vistoria do corpo de bombeiros, enquanto os órgãos públicos estão caindo aos pedaços, se aconteceu de uma adolescente tomar um choque ao ponto de desmaiar ao encostar no poste dentro da escola provavelmente algo estava errado, e quanto aos professores que, que deveriam estar atentos, estão ocupados com coisas pessoais, e ainda se acham no direito de cobrar quando o outro cumpre uma função que é sua, será que a menina devia esperar até que a professora terminasse para ser socorrida. Estes são os espaços, os profissionais que o Estado oferece a população pobre.

Hoje lá na escola a menina desmaiou , ela colocou a mão no poste e tomou um choque , ai o professor de matemática foi socorrer a menina, a professora de educação física ficou com raiva, porque não era ele, que era pra socorrer não, que era obrigação dela, mais ela (a professora) tava mexendo no celular, ela só fica mexendo no celular..(M.C 14 anos).

É o menino quebrou o braço, ficou lá na frente dela, e ela lá assim (mexendo no celular) ai o bichim( um outro aluno)) pegou o moleque no colo e levou lá pra diretoria.(L 14 anos).

E a garantia dos direitos fundamentais, como rege o Estatuto da Criança e do Adolescente no art. 5º, que diz que nenhuma criança e ou adolescente será alvo de negligência, exploração, discriminação, e quem assim o fizer será punido na forma da lei, uma vez que a escola além do ensino regular também deve promover a

qualidade de vida reduzindo a vulnerabilidade a riscos à saúde, acompanhada por um conjunto de conceitos e diretrizes baseada na cooperação e no respeito às singularidades e estimulando a participação social (BRASIL, 2009)

A escola deve ser entendida como um espaço de relações, um espaço privilegiado para o desenvolvimento crítico e político, contribuindo na construção de valores pessoais, crenças, conceitos e maneiras de conhecer o mundo e interfere diretamente na produção social da saúde. No contexto situacional do espaço escolar, encontram-se diferentes sujeitos, com histórias e papéis sociais distintos (BRASIL, 2009, p. 8).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) deve se pautar nos princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana e quanto ao ensino público, deve estar centrado na gestão democrática, em que a construção do projeto político pedagógico tenha a participação de profissionais e da comunidade local através de conselhos escolares, para que tanto a escola quanto a comunidade atinjam o objetivo, resultando em benefícios para todos (BRASIL, 2009).

A escola deve ser um espaço de construção de cidadania e participação, adolescentes tem que sentir que fazem parte deste universo, que a educação é um direito universal, e deve ser oferecido com qualidade, os espaços devem ser seguros e os profissionais, para que a escola cumpra a missão de promover cidadania.

A escola, que tem como missão primordial desenvolver processos de ensino-aprendizagem, desempenha papel fundamental na formação e atuação das pessoas em todas as arenas da vida social. Juntamente com outros espaços sociais, ela cumpre papel decisivo na formação dos estudantes, na percepção e construção da cidadania e no acesso às políticas públicas (BRASIL, 2009 p. 10).

Ainda se tratando de educação, mas agora numa nova perspectiva, vamos analisar agora a percepção dos adolescentes em relação ao Projeto Cidadão.

Todos os adolescentes participantes da pesquisa afirmam que frequentam o Projeto Cidadão a mais de um ano e que já participaram de todas as atividades propostas pelo projeto inclusive os cursos profissionalizantes, os adolescentes afirmam que estão no projeto porque gostam e para ocupar o tempo livre.

Conforme exposto no quadro- 5 a maioria dos adolescentes que responderam o questionário disseram que o projeto representa algo muito bom em sua vida, seguido pelos que disseram que representa algo bom em sua vida.

Quadro 5- Projeto representa em sua vida algo

PROJETO					
Pra você o projeto representa algo:					
Bom	Muitobom	Ruim	Regular	Péssimo	Outro
6	11	0	0	0	3

FONTE: Elaboração própria

A visão dos adolescentes em relação ao projeto tem relação com o fato de ocuparem o tempo livre, tirando-os muitas vezes da rua, também pelo fato de proporcionar atividades de esporte cultura e lazer, uma vez que a comunidade não contempla estes quesitos. O adolescente J. 14 anos relata que para ele o projeto é bom porque evita que os adolescentes entrem para a criminalidade, visto que possibilita que os adolescentes participem de diversas atividades ocupando o tempo livre. "Eu acho que o projeto é bom pra tirar os meninos da rua, que poderiam estar matando, roubando, ou coisas piores, tipo, não sei" (J. 14 anos).

Com o crescimento da criminalidade envolvendo adolescentes e jovens, o Projeto Cidadão em meio a dificuldade de manter os adolescentes com idade entre 13 anos e 17 anos nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, visto que, estes já havia participados de todas as atividades oferecidas, e a dificuldade de competir com o falso *glamour* pintado pelo tráfico. O Projeto Cidadão lança uma nova proposta, com vista à inserção dos adolescentes no mercado de trabalho contribuindo para aquisição de recursos para se manter economicamente (SERRA, 2010).

Tal proposta consiste em favorecer a vivência de experiências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentada em princípios éticos políticos de defesa da cidadania e justiça social, potencializando a participação cidadã, promovendo espaços de livre expressão de opiniões e de reivindicação, bem como a participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais organizações comunitárias e outros espaços de organização social. Contribuindo também para a construção de

projetos individuais e coletivos, desenvolvendo a autoestima autonomia e sustentabilidade.

Através de encontros e palestras temáticas os adolescentes poderão abordar questões relevantes à juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do adolescente. As temáticas serão aplicadas por módulos, com entrega de certificados contendo carga horária e conteúdo programático (SERRA, 2013).

As temáticas apresentadas foram: empreendedorismo, inscrição no mercado de trabalho e suas exigências atuais, ética profissional, higiene e postura para o mercado de trabalho, relação interpessoal para a cidadania e currículo profissional, além dos cursos de capacitação profissional que se estendem também à família. As atividades também devem desenvolver nos adolescentes habilidadesde modo a orientar o adolescente para escolha profissional ( NASCIMENTO, 2013).

Os cursos e formações possuem carga horária que varia de 16 a 200 horas, sendo divididos por áreas temáticas como: Inclusão Digital Nível I, que é a informática básica, Nível II montagem e manutenção de computadores, *Corel Draw* e *Fotoshop*. Beleza e Estética com os cursos de cabeleireiro, manicura, depilação e maquiagem, na área de Culinária são ofertados cursos de padaria, confeitaria, bolos e tortas, salgados, bolos artísticos e brigadeiro *gourmet*, e na área Industrial e Empresaria os cursos são eletricitista predial, eletricitista industrial, soldador eletrodo revestido, soldador migmag, soldador tig, auxiliar administrativo e almoxarife( NASCIMENTO, 2013).

Além dos cursos, os adolescentes participam de atividades esportivase de lazer, com foco na convivência social por meio da arte-cultura esporte-lazer, como fator educativo valorizando suas aptidões, além de passeios recreativos.

Esta nova proposta tem agradado os adolescentes novos conhecimentos e vivencias e estes, estão empolgados e participativos, além de participarem dos cursos, sugerem novas atividades. A adolescente L 14 anos diz que o projeto é bom porque oferece cursos que em outro local teria que pagar para fazer, cabe ressaltar que alguns cursos do SENAC tiveram que ser adaptados para essa faixa etária. “Eu

acho o projeto muito bom porque tem cursos profissionalizantes, que lá fora teríamos que pagar pra fazer” (L. 14 anos).

O primeiro passo para inserção dos adolescentes nos cursos foi a aquisição de documentos, uma vez que o SENAC exige o número de CPF para a certificação. Outra coisa foi colher deles o que esperavam ou o que propunham para como novas atividades do Projeto Cidadão, surgindo assim sugestões de cursos e atividades de lazer e cultura.

Esta nova proposta também se estendeu aos projetos Legal, em Central Carapina e Meninos e Meninas do Mestre, em Planalto Serrano que também funcionam com Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e algumas atividades ou cursos, seriam feitos em conjunto. Porém a questão do território e rivalidade entre estes bairros causa preocupação na equipe do Projeto Cidadão. No início houve desentendimentos, mas o resultado foi positivo.

“É, também podemos fazer muitos amigos dos outros projetos como Legal e Planalto Serrano”(K 14 anos).

Os adolescentes apontam essa aproximação com os adolescentes de outros bairros como algo muito positivo, visto que, nestas comunidades também há muita violência e brigas entre grupos rivais prejudicando o trânsito de pessoas desconhecidas no local.

Os adolescentes apontam como ponto negativo o fato de ter mais crianças que adolescentes no Projeto Cidadão e que as crianças quando chegam novas no Projeto ainda não sabem as regras e acabam atrapalhando as atividades.

“Antigamente tinha mais adolescentes, era melhor, era mais organizado, porque hoje tem os molequinhos que acham que vão mandar nos adolescentes ”(K.. 14 anos).

Os passeios e atividades de lazer também passam a ser realizadas junto com os adolescentes dos outros projetos possibilitando a integração entre os territórios como afirma o adolescente M. 16 anos. “O projeto é uma maravilha, este projeto Cidadão aqui, é bom quando tem passeios, pra gente fazer mais amigos..”(M. 16 anos).

De acordo com os questionários e grupo focal foi possível observar que os adolescentes gostam de estar no projeto e o fato de poderem propor atividades faz com que se sintam participantes de fato, como cidadãos ativos e proativos.

Na figura 7 mostra a primeira atividade realizada com o grupo de Novo Horizonte e Planalto Serrano, visita ao Museu da Chocolateira Garoto, e na figura 8 os

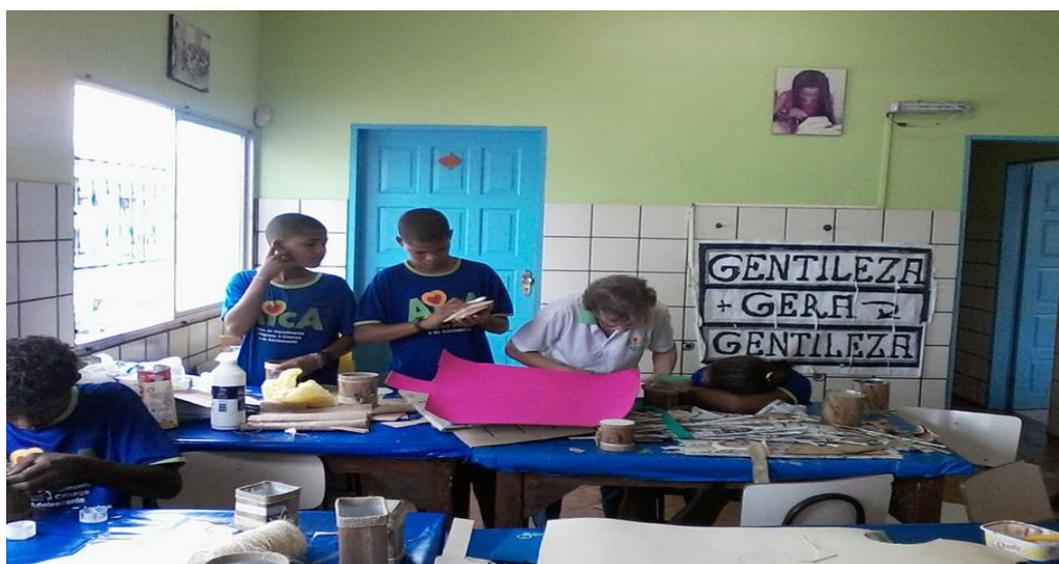
adolescentes participam do Curso de Produção de Artesanato com jornal realizado no Projeto Cidadão com a instrutora do SENAC, cabe ressaltar que todos os cursos oferecidos pelo projeto, cabe certificação, inclusive as crianças recebem certificado ao concluírem uma etapa, na mesma atividade.

Figura 3- Adolescentes do Projeto Cidadão e Meninos e Meninas do Mestre visitam o Museu da Chocolates Garoto



Fonte: Rede de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes (AICA) 2013.

Figura 4- Adolescente participam de curso de Produção de Artesanato



Fonte: Rede de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes (AICA) 2013.

É possível afirmar que os adolescentes gostam de estar no projeto, e que o Projeto Cidadão de fato contribui para a conquista da autonomia incentivando o protagonismo juvenil.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa foi possível conhecer a realidade dos adolescentes que vivem na periferia do município da Serra inseridos no Projeto Cidadão e qual a sua percepção sobre a escola, família, comunidade e projeto.

Iniciamos a primeira capítulo fazendo um resgate das políticas voltadas ao público infanto-juvenil no Brasil, a começar pelo Serviço de Assistência ao Menor SAM, que prestava serviço de assistência aos menores considerados infratores e carentes através de um serviço coercitivo e punitivo, Após a extinção do Sam foi criada a Fundação de Bem Estar do Menor que competia formular e implementar a Política de Bem Estar do Menor em todo o território Nacional e planejar soluções para a situação de marginalização e delinquência que se encontrava os adolescentes da época. Em 1990 foi promulgado o Estatuto Da Criança e do Adolescente fruto das lutas sociais. Discutimos também sobre o Sistema Único de Assistência Social e a Tipificação de Serviços Socioassistenciais e o Ordenamento dos Serviços de Convivência e fortalecimento de Vínculos, visto que o Projeto Cidadão a qual os adolescentes alvos da pesquisa participam é um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Outro ponto discutido foi a condição juvenil no Brasil e no município da Serra, com os altos índices de violência e homicídio envolvendo adolescentes e jovens, e por fim conhecemos a realidade dos adolescentes atendidos no Projeto Cidadão moradores do bairro Novo Horizonte .Este conhecimento teórico possibilitou uma análise mais crítica da situação e condição dos adolescentes alvos desta pesquisa.

Com base nos dados coletados na presente pesquisa foi possível dizer a maior parte dos adolescentes inseridos no Projeto Cidadão, residem com a família são do sexo masculino e estão inseridos ensino fundamental. Cabe ressaltar que os adolescentes estão na série regular para idade.

Podemos afirmar que para os adolescentes que participaram desta pesquisa, a escola representa algo muito bom em sua vida, porém é um espaço que não contribui para o seu crescimento voltado para a cidadania. Observa-se que para os adolescentes a comunidade de Novo Horizonte é boa para se viver, mas não oferece segurança aos moradores, e que é cada vez mais crescente o número de

adolescentes e jovens envolvidos com a criminalidade e tráfico de drogas, não possuindo área de lazer que atendam as necessidades do público juvenil. E que os adolescentes consideram que o Projeto Cidadão representa algo muito bom em sua vida, visto que proporciona momentos de lazer cultura e formação profissional evitando que os adolescentes e jovens sejam alvo da criminalidade e do tráfico de drogas que é tão presente na comunidade.

Visto que a escola é um espaço de construção de conhecimento, sugiro que a escola seja alvo das próximas pesquisas, visto que é um campo importante para a atuação do assistente social, uma vez que na escola também se apresenta as diversas expressões da questão social.

## REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALENCAR, Mônica Maria Tores de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. 3ª ed. In: Mione Apolinário Sales, Maurílio Castro de Matos, Maria Cristina Leal, (orgs.). **Política social, família e juventude**. São Paulo: Cortez, 2008. P. 62, 64.

ABRAMOVAY, Miriam e PINHEIRO, Leonardo Castro. “**Violência e Vulnerabilidade Social**”. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). *Inclusión Social y Desarrollo: Presente y futuro de La Comunidad IberoAmericana*. Madri: Comunica. 2003.

BARROS, Nivia Valença. **Violência intrafamiliar contra criança e adolescente**: Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social. Tese de doutorado Departamento de psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL, Ministério do Saúde. **Secretaria de Atenção Básica**: Saúde na Escola. Brasília, 2009.

BRASIL, **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, 11 de novembro de 2009. Publicação no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 2009. disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/scfv-servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/scfv-2013-reordenamento> acesso em 29/09/2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social/ Conselho Nacional de Assistência Social: **Manual Informativo para jornalistas gestores e técnicos**; Sistema Único de assistência social. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação Congênere**. Ministério Público do Espírito Santo, 2011.

BOCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil**. Um Direito entre originalidade e conservadorismo .Brasília : GESST /Ser/ UNB, 1ª edição, 2013

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: EditoraCortez, 2006.

BRAVO, Maria Inês Souza. Prefácio. 3ª ed. In: Mione Apolinário Sales, Maurílio Castro de Matos, Maria Cristina Leal, (orgs.). **Política social, família e juventude**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 18.

CAETANO, André Junqueira;MAAS,Lucas Wan der.**Entre a família e o trabalho** : uma análise da qualidade da inserção ocupacional no Brasil urbano sob uma perspectiva de gênero, 1996-2006 / André Junqueira Caetano;. – Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Erradicação do trabalho infantil**: dimensionado as experiências de Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Bahia / Carola CarbajalArregui (org.). – São Paulo: EDUC; IEE/ PUC-SP: FINESP, 2000. p. 18

CAMARANO, Ana Amélia; Melo, Juliana Leitão e; PASINATO, Maria Tereza, KANSO, Solange. Caminhos para a vida adulta: As múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Última década**, nº21, CIDPA Valparaíso, Diciembre 2004, p. 11-50.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS. **Fundo para Infância e Adolescência**Brasília : Confederação Nacional de Municípios, Nota Técnica nº 20 2013. 5 p.

DORIAM, Luis Borges de e Ignácio Cano (orgs). Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010, Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012.

DAYRELL, Juarez. A escola “Faz” as juventudes?: Reflexão em torno da escolarização juvenil. Educ. Soc. Campinas, vol.28, n.100- Especial, p.1105-1128, outubro. 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula, FALEIROS Eva Silveira.**Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, Brasília: 2007. P.13

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. 2ª ed. In: Irene Rizzini, Francisco Pilotti, (orgs.). **A arte de governar crianças**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, M. V (Org.). Juventude e violência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GOLDENBERG, Miriam, A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 6ª Ed Rio de Janeiro: Record, 2002.p.49.63.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. P.42.

GROPPO, Luís Antônio. Moratória social na análise das rebeldias juvenis: Pesquisador do CNPq. Unisal – Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Programa de Pós graduação em Educação. Americana – SP – Brasil. 13.466.327-2009.

IERVOLINO, SA; PELICIONI, MCF. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. RevEscEnf, Universidade de São Paulo-USP v. 35, n.2, p.115-21, 2011.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Dilemas das Políticas de Juventude no Brasil. Belo Horizonte. UFMG. (2005).

LIRA, Pablo Silva. Índice de violência criminalizada. II Congresso Consad de Gestão Pública- Painel 62: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo – SESP-ES. 2006.

Serra 2013

MAIA, Romero Galvão, Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 2 Nº 4, Dezembro de 2010. Disponível em: [http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Juventudecomovalor.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Juventudecomovalor.pdf). Acesso em 28 de abril de 2013.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Masculino e feminino na família contemporânea. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2004. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812004000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 23 out. 2013.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; GOMES Romeu Lúcia; REBELLO Emília Figueiredo de Souza. **Violência é coisa de homem?** A “naturalização” da violência nas falas de homens jovens. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4):1151-1157, 2009

VOGEL, Arno. Do estado ao Estatuto. Proposta e vicissitudes das políticas de atendimento à infância no Brasil contemporâneo. 2ª ed. In: Irene Rizzini, Francisco Pilotti, (orgs.). **A arte de governar crianças**. São Paulo: Cortez, 2009.

[http://www.redeica.com.br/index.php?option=com\\_phocagallery&view=detail&catid=7:projeto-cidadao&id=63:pc1&tmpl=component&Itemid=26#](http://www.redeica.com.br/index.php?option=com_phocagallery&view=detail&catid=7:projeto-cidadao&id=63:pc1&tmpl=component&Itemid=26#). acesso em 27 de out.2013.

OLIVEIRA, Nayra Hakime Dutra. **Família Contemporânea**. Recomeçar: família, filhos e desafios. São Paulo: Editora. UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. 236. IJBN 978- 85- 7893- 5. Available from Scielo. Books. [HTTP://books.scielo.org](http://books.scielo.org).

OBSERVATÓRIO, das Favelas. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Homicídios na Adolescência no Brasil -IHA 2009-2010**

PILOTTI, Francisco. A arte de governar crianças. 2ª ed. In: Irene Rizzini, Francisco Pilotti, (orgs.) São Paulo: Cortez, 2009.

**POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de assistência Social por intermédio da resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União-DUO do dia 28 de outubro de 2004.p.39.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. Metodologia e Pesquisa em Projetos de Intervenção Social: **A experiência capixaba no município de Serra/ES**. In: SINAIS - Revista Eletrônica – Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.06, v.1, Dez. 2009. pp. 154-178.

RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças. Prefácio. 2ª ed. In: Irene Rizzini, Francisco Pilotti, (orgs.) São Paulo: Cortez, 2009.

SERRA, Secretaria Municipal de Planejamento-SEPLAE. **Serra em Números : Indicadores Sociais e Econômicos do Município.2003**.

SERRA, **Plano Municipal de Saúde 2010-2013**. Secretaria de Saúde Serra 2010.

SERRA, **Agenda do Futuro 2012-2032**. Secretaria de Planejamento Estratégico. Serra 2012.

SERRA, Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente. **Projeto Político Pedagógico Projeto Cidadão**. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Serra 2010.

SERRA, Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente **Projeto Juventude em Ação**. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 2013.

WASELFISZ, JulioJacobó. Mapa da Violência 2012: **A Cor dos Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.

WASELFISZ, JulioJacobó. Mapa da Violência 2012: **Crianças e Adolescentes no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2012.



QUESTIONÁRIO-APÊNDICE A

Nº Questionário\_\_\_\_\_

Sexo:Masculino ( )                      Feminino ( )

Idade \_\_\_\_\_

Estuda no Ensino Fundamental?( )      Ou Ensino Médio?( ) Série\_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Bairro onde vive:\_\_\_\_\_

Vive com: Família( )                      Instituição ( )

Quem e quantas são as pessoas que residem com você?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

1) Se vive em família, como é sua relação familiar?

Muito boa( )

Boa( )

Ruim( )

Péssima( )

Tranquila( )

Outro \_\_\_\_\_

2) Para você, a escola representa algo \_\_\_\_\_ em sua vida:

Muito Bom( )

Bom( )

Regular( )

Ruim( )

Péssimo ( )

Outra \_\_\_\_\_

3) Para você, sua comunidade é:

Boa para viver( )

Muito boa para viver( )

Ruim para viver( )

Péssima para viver( )

Não sei dizer( )

Outra \_\_\_\_\_

4) Sente-se seguro em sua comunidade:

Sim. ( ) Por quê? \_\_\_\_\_

Não.( ) Por quê? \_\_\_\_\_

5) Para você o projeto cidadão é algo \_\_\_\_\_ em sua vida:

Bom( )

Muito bom( )

Ruim( )

Péssimo( )

Regular( )

Não sei dizer( )

Outro \_\_\_\_\_

## ROTEIRO DE ORIENTAÇÃO PARA O GRUPO FOCAL-APÊNDICE B

- 1- O que você mais gosta no seu bairro?  
Cite coisas que você gosta fazer no tempo livre.
- 2- O que menos gosta no seu bairro? Por quê?
- 3- Para você como o projeto contribui na sua formação como cidadão?
- 4- O que você menos gosta no Projeto? Por quê?
- 5- O que te deixa feliz na família?
- 6- O que você não gosta na sua família?
- 7- O que você mais gosta na escola?
- 8- O que você não gosta na escola?
- 9- Quais os pontos positivos e negativos do seu bairro?
- 10-O que é segurança para você?
- 11-Você pode dizer que se sente seguro na comunidade?

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- APÊNDICE C

### FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário de uma pesquisa cujo tema é “A percepção dos jovens da periferia da Serra em relação à escola, à comunidade, à família e ao projeto social a qual estão inseridos”. Sua colaboração é de fundamental importância para realização da pesquisa. Cabe destacar que não se trata de uma participação obrigatória e não acarretará custos. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

#### Informações sobre a pesquisa

Titulo do projeto: “O que pensam os jovens da periferia da Serra inseridos num Projeto Social”.

Professor pesquisador responsável: Camila Lopes Taquetti.

Aluno(a): Eliete Sanches Brito de Souza

Telefone para contato: (27) 3281-3882 / 27-9601-7289 (Eliete)

Email para contato: lica.sanches@hotmail.com

A pesquisa a ser realizada faz parte da formação acadêmica em serviço social. Esta tem como objetivo Conhecer o cotidiano dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social da periferia do município de Serra, inseridos num projeto social. Pretende-se através desta pesquisa conhecer a realidade desses jovens, entender como lidam com os dilemas familiares e comunitários, como reagem a violência que é tão presente no dia a dia da comunidade e entender sua percepção quanto ao projeto ao qual frequentam e sua contribuição para seu desenvolvimento enquanto cidadão, e qual o papel da escola na sua formação.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em preencher um questionário e poderá ser convidado a fornecer depoimento, por meio de uma técnica de pesquisa denominada Grupo Focal, no qual será gravado, falado e registrado em documento pessoal dos pesquisadores. O material será gravado em aparelho digital e será destruído após a finalização da pesquisa, evitando assim o acesso de outras pessoas aos dados coletados.

Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionada à participação nesta pesquisa. As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo absoluto. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não

possibilite sua identificação. A pesquisa será convertida em um Trabalho de Conclusão de Curso, onde não constará o nome dos sujeitos colaboradores da pesquisa, preservando seu anonimato e poderá ser posteriormente publicada em forma de artigo científico, bem como apresentada em congressos e similares.

Você receberá uma cópia deste Termo onde consta os contatos do pesquisador principal, com quem poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da mesma. Você também poderá se informar sobre a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

#### Consentimento do responsável

Eu, \_\_\_\_\_, responsável pelo educando, \_\_\_\_\_, declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado que sou livre para escolher concordar ou me recusar a autorizar o educando a participar da pesquisa. Declaro estar ciente e esclarecido da pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

#### Consentimento do Sujeito da pesquisa

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar da pesquisa. Declaro estar ciente e esclarecido da pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Pesquisador

## Declaração da Instituição onde será Realizada a Pesquisa- APÊNDICE D

Declaro, a fim de viabilizar a execução do projeto de pesquisa intitulado “Como pensam os jovens da periferia da Serra em relação a escola, a comunidade, a família e ao projeto social”, sob a responsabilidade da pesquisadora Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> \_\_\_\_\_, que o Projeto Cidadão permite o uso de suas instalações, bem como a realização da coleta de dados através de grupo focal. Comunico que a autorização para início da pesquisa será validada após a apresentação da carta de aprovação do CEP da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo a esta instituição.

Vitória (ES), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

---

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição